

**ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM**

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PIUM - TO

(contra capa)

Definir ilustração e indicações institucionais

Outubro 2002

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS Governador
JOÃO LISBOA DA CRUZ Vive-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO

AMBIENTE

LÍVIO WILLIAM REIS DE CARVALHO Secretário
NILTON CLARO COSTA Subsecretário

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS

HÍDRICOS

BELIZÁRIO FRANCO NETO Diretor

Equipe de Coordenação

HUMBERTO DE CAMPOS - Naturatins
LUIZ HILDEBRANDO FERREIRA PAZ Seplan
ROSA ANTÔNIA RODRIGUES MONTEIRO Seplan
ROSANGELA ARAÚJO FERNANDES BENVINDO Seplan

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM

VALDERMIR OLIVEIRA BARROS Prefeito

Coordenação Local

Ana Cristina de Assis Marçal Secretária de Administração

Elaboração – TECHNUM Consultoria Ltda.

Coordenação Geral

Izabel Neves da Silva Cunha Borges Arquiteta e Urbanista

Coordenação Técnica

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro Arquiteta e Urbanista

Equipe Técnica

Cláudia Martins Dutra Advogada
Daisy Cadaval Basso Pedagoga
João Filipe Campello Engenheiro Civil
Lêda Maria Vasconcelos Furtado Arquiteta e Urbanista
Luiz Alberto Cordeiro Engenheiro Civil
Mônica Von Glehn Herkenhoff Arquiteta e Urbanista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
RESUMO EXECUTIVO	10
1. O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO... 15	
1.1. Aspectos Históricos	15
1.2. Aspectos Físico-ambientais	17
1.2.1. Aspectos Geo-físicos	17
1.2.2. Unidades de Conservação	22
1.2.3. Áreas de Preservação Permanente	26
1.3. Estrutura Fundiária	26
1.4. Espaço Urbano.....	28
1.5. Estrutura e Dinâmica Populacional.....	33
1.6. Aspectos Culturais	34
2. ANÁLISE EXTERNA E INTERNA	35
2.1. A Inserção Regional do Município	35
2.2. Oferta e Demanda Atual.....	36
2.2.1. Habitação.....	36
2.2.2. Infra- estrutura e Serviços Urbanos	37
2.2.3. Equipamentos Comunitários.....	41
2.2.4. Dinâmica Econômica	43
2.2.5. Promoção Social	56
2.2.6. Segurança Pública e Justiça.....	57
2.2.7. Capacidade de Gestão.....	57

2.2.8. Terceiro Setor	58
2.2.9. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos	58

3. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA...64

3.1. Considerações Gerais	64
3.2. Os Cenários para Pium	64
3.2.1. Cenário Conservador	64
3.2.2. Cenário de Dinamismo Mediano	68
3.2.3. Cenário de Desenvolvimento Sustentável	71
3.3. O Cenário Futuro Desejado	75

4. O PROJETO DA CIDADE / MUNICÍPIO.....78

4.1. O Plano Diretor como Instrumento da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana	78
4.2. Objetivo Central	78
4.3. As Linhas Estratégicas.....	78
4.4. O Macrozoneamento.....	80
4.5. Os Aspectos Físico-urbanísticos da Cidade Desejada.....	83
4.6. Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana	87
4.7. Sistema de Planejamento e Gestão Urbana	89

5. AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

5.1. Conceituação das Linhas Estratégicas e Ações	95
5.2. Interrelacionamento Sequencial das Ações.....	109

BIBLIOGRAFIA.....120

RELAÇÃO DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	24
QUADRO 2 ATRATIVOS TURÍSTICOS.....	51
QUADRO 3 PONTOS FORTES E FRACOS OPORTUNIDADES E RISCOS.....	62
QUADRO 4 DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO CONSERVADOR	66
QUADRO 5 DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO DE DINAMISMO MEDIANO	69
QUADRO 6 DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	72
QUADRO 7 DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO FUTURO DESEJADO.....	76
QUADRO 8 LINHAS ESTRATÉGICAS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PIUM	91

TABELA 1	ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR TIPO DE ESTABELECIMENTO	27
TABELA 2	ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR ÁREA TOTAL	27
TABELA 3	EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO	33
TABELA 4	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA	33
TABELA 5	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO 1991-2000 00	34
TABELA 6	POPULAÇÃO RESIDENTE MAIOR DE 5 ANOS ALFABETIZADA.	34
TABELA 7	NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES SEGUNDO GÊNERO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	34
TABELA 8	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, PROFESSORES E MATRÍCULAS	41
TABELA 9	PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	45
TABELA 10	EFETIVO DOS REBANHOS	45
TABELA 11	USO DAS TERRAS RURAIS	46
TABELA 12	CONDIÇÃO DO PRODUTOR.....	46
TABELA 13 -	ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS	47
TABELA 14 -	ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	48
TABELA 15 -	PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS POLICIAIS – 1999/2002.....	57

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 01	Município no Estado.....	16
Figura 02	Aspectos Físicos.....	21
Figura 03	Áreas Protegidas.....	25
Figura 04	Evolução Urbana.....	30
Figura 05	Aspectos Urbanos – Situação Atual....	31
Figura 06	Destinação Resíduos Sólidos	39
Figura 07	Corredor Turístico da Bacia Hidrográfica do Araguaia	54
Figura 08	Atrativos e Potencialidades de Turismo e Lazer.....	55
Figura 09	Cenário Conservador.....	67
Figura 10	Cenários de Dinamismo Mediano.....	70
Figura 11	Cenário de Desenvolvimento Sustentável.	74
Figura 12	O Município e o Macro-Zoneamento...	82
Figura 13	Proposta da Cidade Desejada.....	85
Figura 14	Parque urbano do Fuzil	86
Figura 15	Uso e Ocupação do Solo	88
Figura 16	Diagrama de Inter-relacionamento Seqüen- cial das Ações da Linha Estratégica 1....	110
Figura 17	Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica.....	111
Figura 18	Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 3.....	112
Figura 19	— Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 4.....	113
Figura 20	— Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 5.....	114
Figura 21	— Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 6.....	115
Figura 22	— Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 7.....	116
Figura 23	— Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 8.....	117
Figura 24	— Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 9.....	118
Figura 25	— Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 10	119

ABREVIATURAS E SIGLAS

A - Ação

ADAPEC – Agência de Desenvolvimento Agropecuário

AMOP – Associação dos Moradores de Pium

APA – Área de Proteção Ambiental

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APP – Área de Preservação Permanente

BRADESCO – Banco Brasileiro de Desconto

CEF – Caixa Econômica Federal

CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

DFID – Department for International Development

ECT – Empresa de Correios e Telégrafos

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto sobre Serviços

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

LE – Linha Estratégica

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei do Orçamento Anual

NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins

ONG – Organização não Governamental

PEC – Parque Estadual do Cantão

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PPA – Plano Plurianual

PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins

SANEATINS – Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

SUS – Sistema Único de Saúde

TO – Tocantins

ZP – Zona de Preservação

ZR – Zona Rural

ZU – Zona Urbana

APRESENTAÇÃO

Este documento consubstancia os resultados dos trabalhos desenvolvidos para a cumprimento do estabelecido pelo contrato nº 106/ 2002, firmado entre a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN) e a Technum Consultoria Ltda, concernente à formulação do **Plano de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental** para o Município de Pium – TO.

Pium insere-se no Pólo Ecoturístico do Cantão criado pelo Governo do Tocantins, através do Decreto nº 132, de 29 de agosto de 1995. Para abrigar este pólo está sendo implantado o Parque Estadual do Cantão (PEC), localizado no município de Pium. no entorno da ilha do Bananal.

Faz parte da estratégia governamental preparar algumas cidades para exercerem o papel de principais núcleos urbanos do Pólo Ecoturístico do Cantão, dentre elas, Pium. Com este objetivo, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), com recursos provenientes do convênio no ATN/ JFN 6187-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, promoveu conjuntamente com a

Prefeitura Municipal de Pium a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental para o Município, como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, denominado **Plano Diretor do Município de Pium**, em respeito ao definido pelo Art. 182 da Constituição Federal, confirmada pelo Art. 39 do Estatuto da Cidade.

De acordo com a Constituição Federal, neste aspecto regulamentada pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001- Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Deve constituir-se em instrumento de planejamento e gestão a orientar as ações do setor público e da iniciativa privada na busca do desenvolvimento sustentável das cidades.

Com este entendimento, atendendo às recomendações dos Termos de Referência que orientaram a contratação dos serviços, bem como a todas as cláusulas contratuais, é que se desenvolveram os trabalhos, cujo resultado é apresentado como o **Plano Diretor do Município de Pium**.

O método de trabalho adotado para a formulação do Plano fundamentou-se na construção coletiva, com a participação das equipes da Prefeitura Municipal de Pium, dos técnicos da SEPLAN designados para o acompanhamento dos trabalhos, da equipe de consultores da Technum e dos representantes da sociedade organizada de Pium, mediante a realização de oficinas de

planejamento participativo para a discussão e validação das diferentes etapas de elaboração do Plano.

O presente documento, além do Resumo Executivo, com uma síntese de seu conteúdo, está estruturado em cinco seções, assim distribuídas:

- A primeira seção contém a análise do desenvolvimento de Pium, informando sobre o seu surgimento, o processo evolutivo e as condições atuais sob o ponto de vista físico-ambiental, socioeconômico, cultural e político-institucional. Analisa a estrutura fundiária, os espaços urbanos e a estrutura e dinâmica populacional do município;
- A segunda seção faz uma análise do município, sob duas óticas distintas: (i) quanto à sua inserção regional, busca identificar as vantagens comparativas ou competitivas de Pium para a verificação da existência de áreas de complementaridade ou concorrência socioeconômica; (ii) em relação aos aspectos intramunicipais, avalia a discrepância entre a oferta e a demanda urbana por habitação, trabalho, equipamentos urbanos e comunitários, serviços públicos e facilidades urbanas. Ao final, identifica os pontos fortes e fracos, no âmbito interno, e as

oportunidades e riscos, no âmbito externo, como fatores facilitadores ou dificultadores do processo de desenvolvimento municipal;

- A terceira seção apresenta os cenários alternativos como antevisão do desenvolvimento de Pium, construídos a partir das análises anteriores, das entrevistas, reuniões setoriais e oficinas de planejamento participativo realizadas. Um deles, o Cenário de Desenvolvimento Sustentável, foi selecionado como o **Cenário Futuro Desejado**, passando a ser referência para as etapas posteriores do trabalho;
- A quarta seção apresenta a concepção do **Projeto da Cidade**, o objetivo central para o Município e a definição das linhas estratégicas para se alcançar tal objetivo. Traz, ainda, o macrozoneamento proposto para o município, destaca os aspectos físico-urbanísticos da cidade desejada e faz indicações para o uso e ocupação do solo na zona urbana. Esta seção termina com as recomendações para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão necessário à implementação do Plano, em um processo continuado e participativo de condução do desenvolvimento sustentável de Pium;
- Por fim, a quinta seção traz a conceituação das linhas estratégicas e ações para a implementação do Plano e apresenta o inter-relacionamento sequencial das ações correspondentes a cada uma das linhas estratégicas.

As propostas apresentadas neste documento são o resultado das análises feitas e das conclusões das oficinas de planejamento, realizadas com a participação dos principais atores socioeconômicos e político-institucionais envolvidos com as questões de desenvolvimento sustentável de Pium, consideradas as dimensões econômica, social, cultural e ambiental. Essas mesmas conclusões orientaram a preparação Anteprojeto de Lei do Plano Diretor.

Foram ainda preparados e são apresentados, conforme estabelecido pelo contrato nº 106/ 2002, os Anteprojeto das Leis de Uso e Ocupação do Solo, do Perímetro da Zona Urbana e de Parcelamento do Solo Urbano.

Espera-se que esse conjunto de documentos favoreça a tomada de decisões quanto às ações públicas e privadas para o desenvolvimento ordenado e sustentável de Pium, que leve ao crescimento econômico e desenvolvimento social, distribua os benefícios de forma equitativa e traga melhoria da qualidade de vida para a sua população.

Brasília, outubro de 2002.

Technum Consultoria Ltda.

RESUMO EXECUTIVO

Primeiro dentre os pólos do Complexo Turístico do Araguaia, criado pelo Governo do Tocantins, através do Decreto nº 132, de 29 de agosto de 1995, o Pólo Ecoturístico do Cantão tem como núcleo central o Parque Estadual do Cantão (PEC), localizado no município de Pium, no triângulo formado pelos rios Coco, Javaés e Araguaia, no entorno da ilha do Bananal.

É estratégia governamental a preparação de algumas cidades, dentre elas Pium, para exercerem o papel de principais núcleos urbanos do Pólo Ecoturístico do Cantão. Com este objetivo, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SEPLAN), utilizando-se de recursos provenientes de convênio firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, preocupou-se em elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental para o Município, conjuntamente com a Prefeitura Municipal de Pium, como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, denominado **Plano Diretor de Pium**, conforme definido pela Constituição Federal e Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade estabelece, no Art. 2º, as diretrizes a serem obedecidas para a formulação da política urbana: Dentre elas, cumpre destacar:

- Garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.
- Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

- Ordenação e controle do uso do solo, a fim de evitar a utilização inadequada de imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes e o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
- Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas brasileiras.

- Simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
- Isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

O Plano Diretor de Pium – TO é o resultado de um processo de planejamento participativo que, em todas as suas etapas, respeitou as diretrizes mencionadas. As propostas nele contidas atendem a todas elas e o Plano deve ser entendido como um instrumento de planejamento e gestão para possibilitar a tomada de decisões e a orientação dos rumos a serem seguidos em busca da cidade desejada no município que todos querem construir.

Para a sua formulação foi feito, inicialmente, um diagnóstico da situação atual do município e da sua sede, tendo sido analisados os aspectos internos e a inserção regional do município, para verificação das principais tendências de desenvolvimento, das demandas apresentadas ao município pelos diferentes segmentos, da eventual discrepância entre demanda e a oferta de equipamentos, serviços e facilidades urbanas, bem como das vantagens comparativas e competitivas de Pium em relação aos municípios vizinhos.

As análises desenvolvidas durante a elaboração do Diagnóstico deixam evidente que:

- A população teve um crescimento regular, ainda que a taxas baixas, até 1990 e decresceu na última década. O desmembramento do território para a criação de novos municípios pode ter influenciado nessa perda populacional. O que fica evidente é a não existência de movimentos migratórios significativos para Pium;
- A pecuária extensiva é a principal atividade econômica do município, com utilização de grandes extensões de terra e baixa geração de empregos. A fruticultura começa a ser experimentada, com destaque para o abacaxi e a manga, assim como a piscicultura e a plantação de seringa. O sucesso de tais iniciativas poderá levar à diversificação das atividades rurais;
- Os assentamentos realizados em Pium produziram um grande número de pequenas propriedades rurais. Esta estrutura fundiária pode favorecer a implantação da agricultura familiar e a organização de formas associativas de produção e comercialização, com aumento da produtividade e competitividade;
- Os serviços de saúde apresentam boa qualidade, atraindo populações dos municípios vizinhos. Ainda assim, são necessários o aumento das equipes de

saúde e equipamentos mais modernos para ampliar as possibilidades de atendimento;

- A educação apresenta níveis satisfatórios, se comparados à média nacional. Entretanto, verificam-se carências, principalmente no tocante à profissionalização dos jovens;
- A pecuária extensiva é sabidamente geradora de poucos postos de trabalho. Os jovens, com frequência, deixam a cidade na busca de novas oportunidades de estudo ou de trabalho, uma vez que são poucas as oportunidades a eles oferecidas em Pium;
- As redes de abastecimento de água, de distribuição de energia e iluminação pública e a pavimentação das vias atendem apenas a parte mais central da cidade e precisam ser estendidas às demais áreas. Não há redes de drenagem pluvial e esgotamento sanitário. O lixo é lançado em um depósito a céu aberto, em terreno próximo à cidade. Há um projeto e recursos para um aterro sanitário a ser implantado no curto prazo;
- As áreas mais recentemente urbanizadas ainda precisam de melhor qualificação dos espaços públicos por meio da pavimentação das ruas, instalação de mobiliário urbano e do tratamento paisagístico;
- A grande quantidade de lagos e lagoas, alguns rios piscosos e de belas praias podem favorecer o desenvolvimento do turismo de natureza. Para que isto ocorra, é preciso melhorar as condições de trafegabilidade das estradas de acesso a esses atrativos. Além

disso, todos os atrativos estão localizados em terras particulares e os proprietários ainda não se aperceberam das possibilidades de sua exploração para fins turísticos e ampliação de suas receitas;

- A distância da sede do município ao Parque Estadual do Cantão e ao Rio Araguaia, além da inexistência de bons acessos a eles, indica que o desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo nas localidades mais próximas pode ser bem mais plausível no curto prazo, pois ambos são perfeitamente compatíveis com as práticas agropoastoris já desenvolvidas na região;
- Para o desenvolvimento do turismo será necessário implementar infra-estrutura turística e de apoio aos serviços turísticos, atualmente não existente;
- É preciso ampliar a capacidade de gestão da Administração para a implementação do processo de desenvolvimento sustentável do município mediante a estruturação do sistema de planejamento e gestão apoiado por um sistema de informações municipais. Há pouca integração entre as diferentes áreas de atuação; algumas equipes precisam ser redimensionadas e melhor qualificadas; é preciso melhorar procedimentos e intensificar a articulação da

administração municipal com os diversos organismos públicos e com o setor privado;

- A sociedade mantém-se alheia às questões do desenvolvimento municipal, deixando a cargo do poder público resolvê-las. Os maiores investidores rurais são de outros municípios ou mesmo de fora do Tocantins, quase nunca se envolvendo com os problemas locais. O resultado das suas atividades produtivas não repercute na vida econômica e social da cidade.

As análises feitas possibilitaram a identificação dos pontos fortes ou fracos, das oportunidades e riscos para o desenvolvimento do Município, após o que foram construídos três cenários futuros alternativos para o desenvolvimento municipal, consideradas as dimensões econômica, social, físico-ambiental e institucional:

- **Cenário conservador** - sem apresentar qualquer mudança significativa, decorre da manutenção da situação atual. Não prevê qualquer intervenção externa ou do próprio município para mudar a realidade;
- **Cenário de dinamismo mediano** – decorre de pequena melhoria no cenário econômico regional e nacional e de pequeno incremento na capacidade de investimentos por parte do poder público municipal. Por este cenário, Pium deve iniciar um processo de desenvolvimento, ainda insuficiente para alterar

substancialmente o quadro socioeconômico atual e o nível de qualidade de vida dos seus habitantes;

- **Cenário de desenvolvimento sustentável** – resultante de um reaquecimento econômico regional, nacional e internacional e do aumento da capacidade de investimento por parte do governo e da iniciativa privada. Com isto, Pium consegue promover o desenvolvimento sustentável, mediante a diversificação da sua base econômica, com melhoria dos resultados e avanços sociais, fortalece a identidade cultural, aumenta a sua atratividade e alcança o equilíbrio estável entre o desenvolvimento de atividades produtivas e a proteção ambiental. Desta forma, poderá ampliar a capacidade de geração de oportunidades de trabalho e distribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais.

Como **cenário futuro desejado** foi escolhido o de desenvolvimento sustentável, que passou a servir de referência para as propostas contidas neste Plano. A partir dele foi estabelecido como objetivo central para o município: **Pium desenvolvida de forma harmônica, com sua base econômica apoiada principalmente na diversificação agropecuária, no turismo rural e no ecoturismo, na redução das desigualdades**

sociais, valorização de sua identidade cultural e respeito ao meio ambiente.

Para se atingir esse objetivo foram traçadas dez linhas estratégicas (LE), a serem implementadas por meio de ações identificadas e classificadas quanto ao grau de relevância a elas atribuído pelos atores responsáveis pelo desenvolvimento municipal. As linhas estratégicas definidas foram as seguintes:

- LE 1 - Modernização, diversificação e verticalização das atividades agrícolas e pecuárias
- LE 2 - Desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo
- LE 3 - Implementação de política habitacional mais efetiva
- LE 4 - Melhoria da qualidade do ensino
- LE 5 – Melhoria das condições de saúde
- LE 6 - Criação de áreas de esporte e lazer
- LE 7 - Implantação de infra-estrutura para as atividades turísticas
- LE 8 - Proteção ambiental
- LE 9 - Melhoria do saneamento
- LE 10 - Implantação de sistema de planejamento e gestão

As linhas estratégicas e suas correspondentes ações foram conceituadas e se definiu um fluxo indicativo das inter-relações e sequenciamento entre as ações correspondentes a cada LE, com vistas a facilitar o encaminhamento de sua implementação.

1. O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

1.1. Aspectos Históricos

Pium teve sua origem na exploração das jazidas de cristal, às margens do córrego Piaus, primeiro nome do povoado, descobertas pelo garimpeiro Benedito Araújo, vindo do Estado de Minas Gerais em 1940. Tal descoberta gerou um grande fluxo migratório para o local, pois o cristal de rocha tinha alta cotação no mercado internacional, devido à Segunda Guerra Mundial.

Este período de grande movimentação de pessoas, mercadorias e muito dinheiro, gerado pelo cristal, inspirou o romance **Pium**, de Eli Brasiense, no qual ele escreve:

"As jazidas de Cristal de Pium, Fundão e Cristalina atraíam toda cambada de sanguessugas da economia popular, de mistura com os mal-aventurados cavadores de terra e fabricantes de cidades. Onde o garimpeiro pisava por algum tempo brotava um povoado qualquer".

Com o final da segunda guerra mundial, o cristal perde o interesse do mercado mundial e os garimpos são

abandonados. A agropecuária passa a se estruturar como base econômica do povoado, elevado à categoria de Distrito em 06 de dezembro de 1949, através da Lei n.º 30 do município de Porto Nacional, e se emancipa, com o nome de Pium, em 1953, pela Lei n.º 740, de 23 de julho de 1953, do Estado de Goiás.

Ao contrário de outras cidades do estado, também originadas pelo garimpo do cristal na mesma época, Pium, além de ter sido mais fortemente marcada por essa atividade, ainda preserva em seu espaço urbano a arquitetura daquele período. O Centro Antigo de Pium, como é chamado, com suas ruas, praças e casas, é hoje o mais importante patrimônio histórico do município.

O município de Pium sofre o primeiro desmembramento logo após o censo de 1960, perdendo parte de seu território para o município de Paraíso do Norte, em Goiás, hoje Paraíso do Tocantins. Desde então, vem perdendo território com a criação de novos municípios, o último, Chapada de Areia, em 1997.

(inserir mapa Brasil / Tocantins / Pium) Figura 01 –
Município no Estado

1.2. Aspectos Físico-ambientais

A caracterização dos aspectos físico-ambientais de Pium considerou três componentes: geo-físicos, unidades conservação e áreas de preservação permanente para permitir a:

- Clara visualização dos aspectos geo-físicos do município e região relativos à vegetação, clima, bacias hidrográficas, fauna e flora etc.;
- Compreensão da importância das unidades de conservação e aumento de conscientização protecionista e educacional;
- Indicação da legislação ambiental e sua aplicabilidade aos diversos grupos de interesse da sociedade.

1.2.1. Aspectos Geo-físicos

O Município de Pium, com uma superfície de 10.017 km², está localizado na Mesorregião Ocidental Geográfica do Tocantins e Microrregião do Rio Formoso – IBGE.

Pela divisão territorial do Estado, para efeito de planejamento, está situado na Área-Programa Centro-Oeste e na Região Administrativa de Paraíso do Tocantins.

A Área Programa Centro-Oeste é uma das regiões nas quais o Governo Estadual dividiu o Tocantins, em um processo de regionalização do planejamento, com vistas a maximizar os resultados do processo de desenvolvimento, por meio de maior integração entre as ações das diferentes esferas de governo e da maior participação dos diversos segmentos organizados da sociedade.

Para definir as diferentes regiões, foram respeitados os seguintes critérios:

- Similaridade das atividades produtivas predominantes;
- Semelhanças em relação ao processo histórico de ocupação;
- Continuidade geográfica e existência de vias de comunicação entre as sedes municipais da mesma região.

Essa regionalização pretende, ainda, identificadas as potencialidades comuns ou complementares das diversas regiões, diminuir as desigualdades regionais e entre os diferentes grupos sociais de uma mesma região.

Situado a oeste do estado, Pium manteve-se à parte dos processos de ocupação territorial e adensamento populacional concentrados durante mais de duas décadas no eixo da rodovia Belém-Brasília.

A sede do município está situada na latitude de 10°44'25" N e longitude de 49°18'22" W, a uma altitude de 249m em relação ao

nível médio do mar, distando 119 km de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

Limita-se, ao norte, com os municípios de Caseara e Marianópolis do Tocantins; a leste, com os municípios de Chapada da Areia, Pugmil e Nova Rosalândia; ao sul, com os municípios de Lagoa da Confusão e Cristalândia; e a oeste, com os Estados do Mato Grosso e Pará (Ilha do Bananal).

- **Vegetação**

O Estado do Tocantins, situado na maior área de transição das Américas, abriga expressivas riquezas naturais e culturais, em meio aos ecossistemas do Pantanal, do Cerrado e da Floresta Amazônica.

A vegetação predominante na região de Pium é formada pelo Cerrado e Mata Tropical. Na Ilha do Bananal predomina uma vegetação de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, caracterizada por florestas secas, inundáveis e perenes. Sendo bem diversificada, apresenta o campo de várzeas, cerrado, florestas ao longo dos rios e igapós e floresta pluvial tropical, encontrando-se

palmeiras e árvores típicas como maçarandubas, canjeranas e piaçavas.

Conta com uma vegetação rica, com grande variedade de plantas, além de possuir centenas de lagos, localizados principalmente dentro do Parque Estadual do Cantão.

As margens do rio Javaés constituem uma grande área de varjão em toda a extensão da Ilha do Bananal, ocupando áreas dos municípios de Sandolândia, Formoso do Araguaia, Dueré, Lagoa da Confusão e Pium. Encontra-se ali a maior área irrigada contínua do mundo (40.000 ha).

Grande parte do território de Pium já não apresenta sua vegetação natural, que foi substituída por pastagens, uma vez que a atividade pecuária é intensa no município.

- **Fauna**

Por ser uma área de transição de ecossistemas, a região de Pium apresenta fauna rica e diversificada, caracterizada por espécies típicas de áreas abertas e savanas, áreas alagadas e florestas tropicais. As espécies mais comuns são: a arara azul, o gavião real, a águia pescadora e a onça pintada.

Em função da abundância de água da região, seja pelos rios, seja pelos numerosos lagos, verifica-se uma predominância de espécies

aquáticas ou ligadas a esse meio, sendo os principais responsáveis pela beleza faunística regional.

Nos diversos lagos e lagoas destacam-se peixes de grande porte, como o pirarucu, o tucunaré e o pintado, além de surubim e diferentes variedades de piranhas.

- **Recursos Hídricos**

O Planalto Central Brasileiro e as Chapadas do Centro Oeste constituem-se nos mais importantes dispersores da rede hidrográfica brasileira. Nela se localizam vastas extensões das Bacias Amazônica e Platina.

A bacia hidrográfica do Rio Tocantins, que nasce no planalto goiano, a mais de 1.000m de altitude, pela junção dos rios das Almas e Maranhão, com cerca de 2.500 km de extensão, ocupa uma área aproximada de 813.674 km², envolvendo superfícies dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão. Grande parte da bacia situa-se na região Centro-Oeste, desde as nascentes dos rios Araguaia e Tocantins até a sua confluência, e daí, para jusante, adentra a Região Norte, em uma faixa relativamente estreita que acompanha o baixo Tocantins até a sua foz.

O rio Araguaia, principal afluente do Tocantins, com cerca de 2.115 km de extensão, é considerado como de mesma importância no conjunto geral da bacia. Este rio notabiliza-se tanto por suas características hidrológicas como por seu papel no processo de ocupação do território.

A Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo, com cerca de 80 km de largura (leste-oeste) e aproximadamente 350 km de comprimento, está parcialmente situada na parte oeste do município de Pium, tendo o rio Araguaia, no seu lado oeste e o Javaés, a leste.

A grande concentração de peixes nas lagoas marginais utilizadas para a sua reprodução e a quantidade de espécies de médio e grande porte contribuem para a pesca predatória. Os pescadores, na maioria das vezes, utilizam tarrafas e redes de arrastão à procura do pirarucu e retiram diversos outros peixes, contribuindo para o desequilíbrio da ictiofauna.

Outras atividades e práticas, como os garimpos, os desmatamentos, a utilização intensiva de agrotóxicos e a falta de tratamento de esgotos, estão contribuindo para a alteração da qualidade das águas.

- **Recursos Minerais**

O município é rico em quartzo (cristal de rocha) que deu origem à formação da cidade de Pium. O calcáreo é outro mineral presente na região que apresenta poucos estudos técnicos sobre seu potencial mineral.

- **Clima**

O clima da região é o tropical úmido, geralmente com verões chuvosos e invernos secos. Este clima propicia a formação de uma cobertura vegetal na qual predominam cerrados e considerável presença de mata tropical. A temperatura média é de aproximadamente 25°C (sendo que a mínima se verifica entre junho e julho e as máximas entre agosto e setembro).

A temperatura média anual é da ordem de 24°C. O mês mais quente (setembro ou outubro) assinala uma temperatura média de 26°C e o mês mais frio (junho ou julho) apresenta uma temperatura média de 22°C. A temperatura máxima absoluta é de 42°C e a mínima absoluta é da ordem de 8°C.

A diferença entre a estação quente e a estação fria é significativa, no que se refere às temperaturas mínimas e máximas diárias. Enquanto na primavera as máximas e mínimas diárias mantêm-se sempre elevadas, no inverno, as mínimas diárias são baixas e as máximas sofrem uma acentuada queda.

O total pluviométrico anual situa-se em torno de 1.750 mm, com distribuição bastante variada ao longo do ano. O regime pluvial é o tropical típico, com as maiores precipitações no verão e as mínimas no inverno. Mais de 70% das chuvas ocorrem de novembro a março, sendo o trimestre janeiro-fevereiro-março, em geral, o mais chuvoso. Durante esses três meses chove, em média, 45% a 55% do total anual. Por outro lado, o inverno é excessivamente seco. Nessa época do ano as chuvas são muito raras, registrando-se, em média, a ocorrência de 4 a 5 dias desse fenômeno por mês.

Figura 02 – Aspectos Físicos

1.2.2. Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação existentes em Pium correspondem a aproximadamente metade do seu território. Encontram-se aí o Parque Nacional do Araguaia, Terras Indígenas Parque do Araguaia, a Área de Proteção Ambiental (APA) Ilha do Bananal-Cantão e o Parque Estadual do Cantão (Quadro 1).

- **Parque Nacional do Araguaia**

O Parque foi criado em 31 de dezembro de 1959, pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Compreendia toda a ilha do Bananal, a maior ilha fluvial quaternária do mundo, com cerca de 2.000.000 ha, situada no Estado de Tocantins, às margens dos rios Araguaia (braço maior) e Javaés (braço menor).

O Código Florestal e Lei de Proteção à Fauna proíbem terminantemente aos parques nacionais a utilização direta dos recursos naturais. Como há na ilha remanescentes de nações indígenas às quais é conferido pela Constituição brasileira o usufruto das terras onde vivem, sendo permitida a caça, a pesca a organização de pequenas lavouras ou pecuária, em 1971, foi encaminhada uma proposta de redução do Parque Nacional do Araguaia

para 460.000 ha e conseqüente criação da Terra Indígena Parque do Araguaia, para permitir aos índios o uso dos recursos existentes na área ocupada por eles.

O Parque Nacional do Araguaia está situado na Ilha do Bananal, ocupando seu terço norte, a noroeste do Estado do Tocantins. Abrange parte dos municípios de Pium, Cristalândia e Formoso de Goiás.

- **Terra Indígena Parque do Araguaia**

Sua criação resultou da proposta de redução da área do Parque Nacional do Araguaia, em 1971, com o objetivo de proteger e garantir a subsistência da população indígena da Ilha, composta pelas nações Javaés e Carajá, num total de 1.700 índios. Compreende a porção sul da Ilha do Bananal, numa extensão de 1.600 hectares, nos quais é permitido aos índios a prática da caça, pesca, pequenas lavouras e pecuária.

- **Parque Estadual do Cantão**

O Parque Estadual do Cantão (PEC), que está em sua totalidade localizado no município de Pium, no pontal dos rios Araguaia e do Coco, foi criado em 15/07/1998, com uma área de 89.130,95 ha.

O Parque possui forte influência amazônica, sendo considerado um ecótono (transição entre a floresta amazônica e o cerrado).

Apresenta alta biodiversidade. A Avaliação Ecológica Rápida, realizada em 1999, identificou 316 espécies de aves, 44 de mamíferos, 22 espécies de répteis e 17 de anfíbios, 300 espécies de peixes, das quais 56 com valor comercial.

- **APA – Ilha do Bananal–Cantão**

O Município de Pium, além de conter o Parque Estadual do Cantão, possui ainda 42,6% de sua área dentro dos limites da APA Ilha do Bananal–Cantão, Unidade de Uso Sustentável criada pelo Governo do Estado do Tocantins em 21 de maio de 1997, pela Lei Nº. 907, com o objetivo de ordenar o uso e a ocupação do solo no entorno do PEC, inserir e orientar os proprietários das terras no desenvolvimento do ecoturismo e promover o desenvolvimento sustentável da região em que está situada.

A APA é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação

e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A APA Ilha do Bananal-Cantão, com 16.780 Km², tem como divisa oeste o Rio Araguaia e ao sul o Parque Nacional do Araguaia. Além de Pium, abrange 100% dos municípios de Caseara, Araguacema e Marianópolis do Tocantins e parte dos municípios de Dois Irmãos do Tocantins, Divinópolis do Tocantins, Abreulândia, Monte Santo e Chapada da Areia,

O zoneamento ambiental do Plano de Gestão da APA Ilha do Bananal-Cantão, que estabelece as diretrizes normativas para o disciplinamento da conservação da biodiversidade, uso e ocupação do solo e utilização dos recursos naturais, definiu quatro zonas de manejo, onde existirão usos permitidos, tolerados e proibidos:

- Zonas de Usos Especiais
- Zona de Conservação de Vida Silvestre
- Zonas de Preservação de Vida Silvestre e
- Zonas de Desenvolvimento Econômico.

O município de Pium tem suas terras distribuídas entre as três últimas zonas. Por estar inserido dentro da área da APA Ilha do Bananal-Cantão, Pium terá que promover a integração entre o macro-zoneamento do Plano Diretor, que é um plano de desenvolvimento sustentável, e as propostas de sustentabilidade apresentadas para a APA.

QUADRO 1– UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL		
Unidades	Ato de Criação	Descrição
Parque Nacional do Araguaia	Decreto n.º 47.570 de 31/12/1959	Apresenta uma amostra expressiva da transição entre a Província do Cerrado e o Domínio Amazônico, constituindo uma área rica em espécies da flora e da fauna, característica comum às áreas de transição.
Parque Indígena do Araguaia	Decreto n.º 69.263 de 22/09/1971	Criado para proteger a população indígena da Ilha do Bananal, que é composta pelas nações Javaés e Carajá.
Parque Estadual do Cantão	Decreto de 15/07/1998	Para proteção da fauna, flora e dos recursos naturais com potencial turístico no seu interior, de forma que garantam o seu aproveitamento racional sustentável e compatível com a conservação dos ecossistemas locais.
UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL		
APA Ilha do Bananal-Cantão	Lei N°. 907 de 21 de maio de 1997	Criada com o objetivo de ordenar o uso e a ocupação do solo no entorno do Parque Estadual do Cantão, inserir e orientar os proprietários das terras no desenvolvimento do ecoturismo e promover o desenvolvimento sustentável.

Elaboração própria

Inserir mapa com as áreas protegidas Figura 03 –
Áreas Protegidas

1.2.3. Áreas de Preservação Permanente

O Código Florestal define Áreas de Preservação Permanente (APP) como sendo certas áreas públicas, ou particulares, nas quais a supressão total ou parcial da vegetação natural só é permitida, mediante prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social.

São exemplos de Áreas de Preservação Permanente: topos de morros, montes, montanhas e serras; margens dos rios, ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios de água. Por ato do poder público, outras áreas também podem ser definidas como de preservação permanente.

A grande quantidade de mananciais e de lagos e lagoas existentes no município de Pium obriga a uma atenção especial quanto a essas áreas.

1.3. Estrutura Fundiária

O Município detém 72,9% (362.762 ha) da área produtiva utilizada por pastagens, sendo 27% (34.405 ha) plantadas e 73% (228.357 ha) constituídas por pastagens naturais. Aproximadamente 20% da área produtiva do município (99.630 ha) é composta de matas nativas.

Apenas 5.302 ha (1,1% da área total do município) das terras produtivas do município não são utilizadas.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995-1996, as lavouras ocupavam 18.332 ha, equivalentes a 3,7% da área total do município, sendo 2.049 ha de lavouras permanentes e 16.283 ha de lavouras temporárias.

As Tabelas 1 e 2 apresentam a estrutura fundiária por tipo de estabelecimento e uso das terras rurais.

TABELA 1
ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR TIPO DE ESTABELECIMENTO

TIPO DA PROPRIEDADE	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (em ha)
Minifúndio	64	3.556,1
Produtiva		
Pequena	56	10.496,4
Média	77	45.586,4
Grande	26	97.681,6
Total produtiva	159	153.764,4
Improdutiva		
Pequena	151	29.467,3
Média	188	116.419,5
Grande	45	179.561,1
Total improdutiva	384	325.447,9
Total produtiva + improdutiva	543	479.212,3
TOTAL GERAL	607	482.768,4

Fonte: INCRA, 2000

TABELA 2
ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR ÁREA TOTAL

GRUPO DE ÁREA TOTAL	ESTABELECIMENTOS		ÁREA	
	n.º	%	ha	%
Menos de 10	3	0,55%	8,46	-
De 10 a 100	81	14,75%	5.060,19	1,02%
De 100 a 1000	365	66,48%	146.164,59	29,39%
De 1000 a 10000	95	17,31%	233.247,49	46,90%
De 10000 a mais	5	0,91%	112.826,93	22,69%
TOTAL	549	100 %	497.353,20	100 %

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário, 1996

Cabe lembrar que o processo de desapropriação do Parque Estadual do Cantão não foi concluído, existindo ainda propriedades particulares em seu interior.

Foram implantados pelo INCRA, entre 1998 e 1999, cinco assentamentos rurais na área rural de Pium: Pericatu, em 1998, com 132 famílias; Toledo I, em 1998, com 62 famílias; Barranco do Mundo, em 1998, com 97 famílias; Floresta, em 1999, com 59 famílias; e Alegria, em 1998, com 15 pequenas chácaras próximas à cidade.

O município possui ainda dois povoados na zona rural: Povoado Alegre e Vila Canadá, antigo Café da Roça.

Não há problemas quanto à regularização de propriedades em Pium. As terras devolutas, originalmente pertencentes ao Estado de Goiás,

foram regularizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás (IDAGO).

1.4. Espaço Urbano

A cidade teve início na Praça do Garimpeiro, situada no Centro Antigo, tendo sido a “Rua dos Barros”, atual Rua 6, a primeira via urbana do povoado. Surgiram em seguida, a atual Avenida Araguaia, com as primeiras casas de comércio, e as ruas que hoje compõem o chamado Centro Antigo. O casario desta parcela da cidade ainda mantém as características arquitetônicas da época em que foi construído.

Um pouco depois, entre 1942 e 1945, foi aberta a Avenida Goiás e surgiram os bairros que hoje se situam entre o Centro Antigo e a Praça da Matriz.

No início dos anos cinquenta, a cidade expandiu-se pela abertura da Rua Nova, que foi o primeiro acesso da rodovia à cidade e pelo prolongamento da “Rua dos Barros”, resultando na atual Avenida Presidente Tancredo Neves como um segundo acesso.

O traçado dos bairros criados nessas duas etapas de crescimento da cidade apresenta uma regularidade bem maior do que o do núcleo inicial.

Na década de oitenta, a cidade avançou na direção sul, com um traçado urbano ortogonal e bairros bastante regulares. No final dessa década foi implantado o Setor Primavera, entre a Avenida Presidente Tancredo Neves e a Rua Nova.

A abertura da Avenida Diógenes de Brito criou um terceiro acesso à cidade e induziu o seu crescimento em direção à rodovia. Durante a década de noventa as áreas lindeiras a esta avenida foram loteadas e ocupadas.

Por fim, em 1998, foi implantado o Setor Aeroporto, com 800 lotes, dos quais cerca de 120 já estão ocupados.

Não se percebe uma separação de uso claramente definida. Há alguma concentração de estabelecimentos comerciais nas Avenidas Tocantins e na Rua 12, mas, de um modo geral, o que se observa é o uso misto por toda a cidade.

O setor público está bem caracterizado do ponto de vista locacional, concentrando-se na confluência da Rua 12 e Avenida Diógenes de Brito e suas vizinhanças, no sentido das duas vias. Aí se localizam a Prefeitura Municipal e todas as Secretarias, a Casa da Cultura, o

Ginásio de Esportes, algumas escolas, a Estação Rodoviária, a Feira Popular, a creche, o cemitério e outros equipamentos urbanos.

As quadras são, em geral, regulares, de forma quadrangular, com um sistema viário ortogonal no sentido norte-sul, salvo nos Setores Primavera e Aeroporto. As faixas de domínio das vias são bastante generosas, havendo algumas vias com pista dupla, como a Av. Tocantins, a Diógenes de Brito, a Av. Goiás e parte da Rua 12.

A cidade conta ainda com um conjunto de sete praças, sendo que a Praça do Garimpeiro foi recentemente restaurada, valorizando o núcleo original da cidade.

Podem ser distinguidos três tipos básicos de edificações: aquele correspondente ao núcleo original, composto de casas geminadas que ocupam até a testada do lote e os tipos posteriores de edificações isoladas, de porta e janela, com telhados em duas águas chegando muitas vezes até a testada ou com pequeno afastamento. Neste mesmo tipo podem-se incluir as casas populares atualmente em construção pela Prefeitura Municipal.

O terceiro tipo, também de casas isoladas com telhado de duas águas, apresenta-se com platibanda, lembrando a arquitetura praticada na década de cinquenta.

As ruas da parte central são iluminadas e pavimentadas, com paralelepípedos na parte antiga e asfalto, nas principais vias. Na periferia não há pavimentação nem calçadas.

Como o sítio onde se encontra a cidade é alto e plano, um pouco afastado de cursos de água, não existem riscos maiores de enchentes ou inundações.

Inserir planta da cidade com as manchas da história da
ocupação

Figura 04 – Evolução Urbana

Figura 05 – Aspectos urbanos – Situação Atual

Continuação figura 5

1.5. Estrutura e Dinâmica Populacional

Segundo o Censo Demográfico, Pium contava, em 2000, com uma população de 5.539 habitantes, dos quais 3.193 viviam na área urbana e 2.346, na rural. O município tem perdido população, provavelmente em função dos sucessivos desmembramentos, registrando uma taxa de crescimento anual no período 1996/2000 de (-)0,63%.

Sua densidade demográfica é de 0,55 hab/ km² e o Índice de Desenvolvimento Social – IDS, de 0,52 (o maior do estado é o de Gurupi, com 0,74, e o menor de Ipueiras, com 0,08) O IDS combina quatro componentes básicos: educação, mortalidade infantil, arrecadação per capita de ICMS e o consumo *per capita* de energia elétrica.

As Tabelas 3 a 7 dão uma visão da estrutura e dinâmica populacional, registrando a evolução demográfica desde 1960, a distribuição da população residente por faixa etária, a população com 5 anos e mais e as pessoas residentes segundo gênero e situação do domicílio.

A população teve um crescimento regular entre os anos de 1960 e 1990. Na última década, entretanto, perdeu cerca de 30% de sua população. Os sucessivos desmembramentos territoriais para a criação de novos

municípios podem ter contribuído para essa perda populacional. A distribuição por situação do registra ligeiro predomínio dos habitantes da zona urbana. No referente ao gênero, observa-se uma leve predominância dos homens. Há uma maior concentração da população entre 20 e 49 anos, tanto na zona rural quanto na urbana. Aproximadamente 75% da população é, ao menos, alfabetizada.

TABELA 3
EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO

POPULAÇÃO ⁽¹⁾	1960	1970	1980	1991	2000	TAXA CRESCIMENTO ⁽²⁾	
						1970/80	1980/91
Urbana		1.086	1.526	2.640	3.193	3,79	5,11
Rural		5.736	5.574	6.214	2.346	-0,09	0,99
Total	5.916	6.822	7.100	8.854	5.539		

Fonte: (1) IBGE. Censos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

(2) SEPLAN/ DPI.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

GRUPOS DE IDADE	TOTAL	URBANA	RURAL
0 a 4 anos	626	311	315
5 a 9	628	315	313
10 a 14	666	417	249
15 a 17	386	252	134
18 a 19	232	143	89
20 a 49	2183	1.256	927
50 a 59	354	199	155
60 e mais	627	371	256
TOTAL	5.702	3.264	2.438

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000.

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO 1991-2000

ANO	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	Quantidade	%	Quantidade	%	
1991	4.654	52,4	4.213	47,5	8.867
1996	3.572	53,0	3.161	46,9	6.733
2000	2.934	52,9	2.605	47,0	5.539

Fonte: IBGE, 2000

TABELA 6
POPULAÇÃO RESIDENTE MAIOR DE 5 ANOS ALFABETIZADA

GRUPO DE IDADE	TOTAL	ALFABETIZADA	URBANA		RURAL	
			TOTAL	ALFABETIZADA	TOTAL	ALFABETIZADA
5 a 9	875	396	700	318	175	78
10 a 14	801	747	693	647	108	100
15 a 17	525	484	438	407	87	77
18 e 19	317	287	246	224	71	63
20 a 49	2.741	2.217	2.087	1.704	654	513
50 a 59	419	251	299	175	120	76
60 e mais	445	161	341	122	104	39
TOTAL	6.123	4.543	4.804	3.597	1.319	946

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000.

TABELA 7
NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES SEGUNDO GÊNERO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

PESSOAS RESIDENTES	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	TOTAL
Homens	1.620	1.314	2.934
Mulheres	1.573	1.032	2.605
TOTAL	3.193	2.346	5.539

Fonte: IBGE, 2000

1.6. Aspectos Culturais

A cidade tem tradição no artesanato, com destaque para a lapidação de quartzo, o crochê, o bordado à mão, a pintura em tecidos, a tapeçaria e a cestaria com a utilização de jornais.

Como comidas típicas, encontram-se o chambaril e a rabada, o mangulão e o bolo de arroz. O pequi e a farinha de puba são muito apreciados no município.

As festas mais tradicionais são a do aniversário da cidade, celebrado com uma semana de festejos até o dia 23 de julho, dia da emancipação do município, a festa do Divino e a da Padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, em 16 de julho, precedida de novena e quermesses até o dia da festa.

Das manifestações folclóricas, a mais conhecida é a vaquejada.

Nos últimos 3 anos tem sido realizada a Feira da Pecuária, no Parque da Pecuária, localizado próximo à cidade, na saída para Chapada de Areia. A cada ano o movimento tem sido maior. Além do grande volume de negócios, são organizados *shows* artísticos e musicais, dança e barracas de alimentação. A Feira tem a duração de uma semana e atrai gente dos municípios vizinhos, pecuaristas de diferentes regiões do Tocantins e mesmo de outros Estados.

2. ANÁLISE EXTERNA

2.1. A Inserção Regional do Município

O município de Pium está localizado numa região de transição entre três dos principais ecossistemas do Brasil: o Cerrado, o Pantanal e a Floresta Amazônica. O território do município, principalmente na área do Parque do Cantão, apresenta uma rara concentração de potencialidades com grande poder de atração ecoturística, representada por sua fauna, flora e bacia hidrográfica, constituída, principalmente, pelos rios Araguaia, Javaés (braço direito do Araguaia), Pium e do Coco, além de mais de 800 lagos e canais de ligação entre os rios, lagos e lagoas.

O município está integrado ao Corredor Turístico do Araguaia, onde serão definidos Pólos Prioritários para a concentração de ações e investimentos públicos e privados, visando o desenvolvimento do ecoturismo. Neste sentido, foi definido, e encontra-se em fase de desenvolvimento, o Pólo Ecoturístico do Cantão, tendo como produto ecoturístico central do pólo o Parque Estadual do Cantão.

Além do PEC, Pium tem parte do seu território dentro da Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão. Seu território estende-se ainda até a Ilha do Bananal, onde se encontram o Parque Nacional do Araguaia e a Terra Indígena Parque do Araguaia, sobre os quais o município não tem jurisdição.

O município integra, também, o Programa de Cooperação Técnica Brasil- Reino Unido para o Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, através do Department for International Development – DFID. Este Programa tem o objetivo de apoiar o fortalecimento das instituições que prestam apoio e assistência técnica aos pequenos produtores rurais.

A sede do município está situada no extremo oposto ao Parque e extremo Leste do seu território, no eixo de influência da rodovia Belém-Brasília.

A rede urbana microrregional, constituída por 14 pequenas cidades, é polarizada por Paraíso do Tocantins, localizada às margens da rodovia Belém-Brasília e entroncamento com a TO-080, para Palmas, Caseara e Estado do Pará (região XI – Paraíso do Tocantins do IBGE).

Paraíso do Tocantins, com uma população urbana de 34.361 habitantes, é a quinta maior cidade do estado. Pium, distante 40 km de Paraíso do Tocantins, é fortemente polarizada por ela, principalmente quanto ao comércio, bancos e outros serviços.

Em termos econômicos, predomina na região a tradicional pecuária extensiva de cria de bovinos, com baixo índice de tecnologia, e a agricultura de pequenas áreas, com a presença significativa da irrigação nas áreas de varjão. Os graves problemas enfrentados pelo projeto Formoso e outros, voltados para o cultivo do arroz irrigado, devido a doenças e baixos preços, tem levado a uma significativa diminuição da área plantada. Nas áreas do Projeto está ocorrendo a substituição do arroz por soja, milho, melancia etc.. Estão sendo introduzidas a fruticultura (manga, abacaxi) e a piscicultura, ainda incipientes, mas promissoras. Em Pium existem plantações de seringa.

2.2. Oferta e Demanda Atual

O exame dos aspectos intramunicipais pretende verificar as discrepâncias entre a oferta e a demanda por habitação, trabalho, infra-estrutura básica, equipamentos urbanos e comunitários, serviços públicos e facilidades urbanas.

2.2.1. Habitação

De acordo com os dados demográficos Pium tem perdido população. Ainda assim, existe uma demanda habitacional

por parte das populações mais pobres, que ainda vive em condições precárias. O *deficit* não é muito significativo, mas ainda se constata inadequações habitacionais claramente identificáveis, principalmente nas zonas periféricas da cidade e na zona rural.

Segundo dados do Plano de Desenvolvimento do Pólo Ecoturístico da Região do Cantão (SEPLAN /1998), “no ano de 1970 Pium possuía 1.052 domicílios com 6.492 moradores, uma média de 6,2 indivíduos por residência.”

Do número total de residências, 917 foram construídas com materiais mais resistentes e 135 de material considerado rústico. A maioria dos domicílios (521) era habitada por seus proprietários e apenas dez eram alugados (221 dos domicílios restantes não foram cadastrados).

Em 1980, o número de domicílios particulares cresceu para 1.247 (15,7%), dos quais 966 próprios (193 urbanos e 773 rurais), 38 alugados (todos na região urbana) e 243 cedidos (39 urbanos e 207 rurais).

Dados mais recentes mostram que o material predominante nas moradias construídas é a alvenaria (70%), e que somente 20% das construções são de taipa e 10%, de palha. De acordo com os entrevistados, não há utilização de madeira nas construções em razão de seu alto custo.

As casas possuem entre três e quatro cômodos e, quando feitas de tijolos, não possuem acabamento. Os moradores relataram que houve por parte da administração anterior uma orientação para que apenas fossem construídas casas de alvenaria, em lugar das de adobe ou taipa. Apesar disso, parte considerável da população menos favorecida economicamente, prejudicada pela ausência de planos de financiamento habitacional para casas populares, não dispõe de recursos suficientes para tal empreendimento e continuam a construir casas de materiais menos duráveis.

As informações existentes sobre as condições das habitações de Pium são extraídas das fichas do cadastramento para cobrança de IPTU, onde consta: número do cadastro, endereço, nome do proprietário e padrão construtivo em termos de material de construção dominante – cobertura, paredes e pisos.

O município construiu recentemente, através do Programa Morar Melhor, 10 casas para quem já tinha lote, das quais 05 já foram entregues.

Também estão sendo construídas 83 casas, em duas etapas, por meio de convênio com a Caixa Econômica

Federal. As 41 casas da primeira etapa já tiveram as chaves entregues a seus proprietários.

Há a promessa de recursos financeiros estaduais para mais 10 casas rurais e instalação de rede elétrica em 3 assentamentos rurais.

2.2.2. Infra - estrutura e Serviços Urbanos

- **Abastecimento de Água**

O abastecimento de água é de responsabilidade da concessionária SANEATINS. A captação é feita no córrego Piauzinho onde, em 1986, foi feita uma mini represa, rompida nas últimas enchentes. A montante da captação, uma grande erosão na encosta do morro assoreou o córrego, criando uma represa que na seca não permite a vazão das águas. A água, neste período, é bombeada para transpor a barreira formada pela erosão. O problema tende-se a agravar, porque o processo erosivo ainda continua.

A água é filtrada, tratada com sulfato de alumínio e clorada. O sistema atende a 640 ligações residenciais, aproximadamente 60% da população, e 20 públicas. A rede original foi implantada com tubulação de 32 mm, o que impediu a expansão do sistema. Atualmente essa tubulação está sendo substituída por tubos de 60 mm.

O abastecimento precário e inconstante levou boa parte da população a abandonar suas ligações e optar por cisternas. A SANEATINS realiza um trabalho de conscientização da população sobre a segurança atual do sistema e a qualidade da água.

Dados de fevereiro de 2002 informam o volume produzido (21.354,44 m³) e o consumo médio, de 15.000 l / mês. A grande maioria da população consome a taxa mínima de 10.000 l / mês.

- **Esgotamento Sanitário**

Não existe rede de esgotamento sanitário na cidade. As casas utilizam-se de fossas sépticas ou negras.

- **Drenagem Pluvial**

Não existe rede de drenagem pluvial.

- **Resíduos Sólidos**

O lixo é coletado diariamente, de segunda a sábado, em áreas alternadas, por dois caminhões e um trator, e jogado a céu aberto no lixão. A prefeitura elaborou o projeto de um aterro sanitário, já aprovado pelo

NATURATINS, e aguarda recursos da FUNASA para sua implantação.

A varrição é feita diariamente nas ruas pavimentadas com a utilização de 14 pessoas. É feito também o serviço de capina. As ruas não pavimentadas encontram-se em situação precária.

Há um interesse das escolas na educação ambiental e na execução de um programa piloto de coleta seletiva do lixo.

A população é considerada pouco colaborativa com a limpeza urbana.

A Secretaria Municipal de Infra-estrutura é responsável pelo lixo e limpeza urbana em geral, obras, pavimentação e calçadas, praças, arborização etc.. Não existe qualquer levantamento e/ ou informações sistematizadas sobre os serviços prestados.

Figura 06 – Saneamento

- **Cartografia**

A base cartográfica da cidade é absolutamente insuficiente e inadequada, só sendo utilizada precariamente para o cadastro do IPTU.

- **Energia Elétrica e Iluminação Pública**

O escritório local da CELTINS não está informatizado, funcionando apenas como posto de serviços. Pelas informações disponíveis, há 948 consumidores urbanos, entre habitação e comércio, 86 rurais, 10 especiais (governo do estado), 34 do poder público municipal.

- **Sistema Viário Urbano**

A parte antiga da cidade é pavimentada com paralelepípedos de pedra. São asfaltadas as ruas principais da parte nova, enquanto nos bairros e periferia a situação é bastante precária, sem cascalho, limpeza de capina etc.

A Prefeitura Municipal estimula a construção de calçadas, fornecendo a areia e a mão-de-obra, enquanto o morador fornece o cimento. Também está implantando um viveiro

para apoiar a arborização e urbanização da cidade. A cidade conta com 5 praças arborizadas e urbanizadas.

- **Transportes**

Rodoviário

O acesso ao município de Pium é feito por meio da BR-153 (Belém-Brasília), acessando a TO-354 em Pugmil. A TO-164, não pavimentada, liga o município a Chapada de Areia (47 km) e a TO-447, também não pavimentada, liga Pium a Paraíso do Tocantins.

Uma pequena rodoviária funciona no centro da cidade, como ponto dos coletivos que fazem a linha Pium/ Paraíso/ Pium, quatro vezes ao dia.

Aeroviário

O município dispõe de uma pista de pouso não pavimentada com 1,3 km de extensão.

- **Comunicações**

Não há em Pium rádio ou jornal local, nem estação repetidora de televisão, sendo a televisão captada por antenas parabólicas.

Telefones celulares só funcionam nas partes mais altas da cidade. A cidade é bem servida de telefones públicos, na parte central e no centro antigo. As áreas periféricas não são atendidas.

Existe uma agência de correio na cidade.

2.2.3. Equipamentos Comunitários

- **Educação**

A Rede de Ensino do município é constituída por 11 estabelecimentos de ensino fundamental, sendo 3 na zona urbana e 8 municipais na zona rural, que funcionam em regime multiseri.

O ensino rural tem uma taxa de aproveitamento de 80%. A taxa de evasão e/ ou transferência é de 20%, explicada pela alta rotatividade da mão-de-obra rural entre as

fazendas e pela migração (principalmente nos assentamentos). Em alguns casos, a distância residência/ escola é responsável pela evasão.

Um estabelecimento do Estado na zona urbana funciona com ensino de 5ª a 8ª série e Ensino Médio.

O Programa de Bolsa Escola está presente em todos os estabelecimentos de ensino do município, atendendo 317 famílias e 810 crianças, sendo que destas 281 já estão recebendo o benefício.

A Tabela 8 apresenta o número de estabelecimentos de ensino e de professores e as matrículas registradas em 2001 e 2002. Houve uma redução das matrículas nas escolas estaduais, enquanto as municipais registram crescimento, quando comparados os dois anos.

41

TABELA 8
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, PROFESSORES E MATRÍCULAS

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO				PROFESSORES	MATRÍCULAS	
ESCOLA	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	TOTAL		2001	2002
Municipal	01	08	09	36	610	712
Estadual	02	0	02	25	1.213	957
Total	03	08	11	61	1.723	1.669

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

A taxa de aprovação no município gira em torno de 78%, enquanto as de reprovação e de abandono dividem igualmente os restantes 22%.

Por meio do Projeto Pioneiros Mirins, é oferecida aos alunos uma aula de reforço por dia. As escolas não promovem atividades extra-curriculares por não disporem de espaço adequado em suas dependências.

A atualização dos professores é feita através dos programas da Secretaria de Educação do Estado voltados para essa finalidade.

Estão instalados e funcionando regularmente no município os Conselhos Municipais da Merenda Escolar e do FUNDEF.

- **Saúde**

Os serviços de saúde no município são prestados com base no conceito de saúde da família. Os recursos são basicamente do SUS, com a contrapartida exigida por este Programa. O hospital existente é administrado pela Associação Beneficente Nossa Senhora do Carmo, que funciona por meio de convênios com o Estado e o Município. O hospital conta com 40 leitos. São possíveis

os atendimentos cirúrgicos de pequeno porte e gineco-obstétrico. Além da população local, o hospital atende pacientes dos municípios vizinhos, principalmente de Rosalândia, Chapada de Areia, Lagoa da Confusão e Pugmil.

O município conta com três postos de saúde, sendo dois na zona urbana, um para atendimento médico e outro para atendimento odontológico, e um na zona rural. Os postos oferecem também um atendimento sistemático às endemias e preventivo de câncer.

Funcionam no município dois laboratórios particulares, um de análises clínicas e outro específico para endemias, em convênio com o setor público.

O quadro de profissionais de saúde é constituído por 4 médicos, 3 dentistas, uma enfermeira e 12 técnicos de enfermagem, 1 assistente social, 1 farmacêutico, 1 biomédico, 2 técnicos em laboratório e 14 agentes de saúde.

Estão implantados em Pium os Programas de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, da Família, de combate às doenças sexualmente transmissíveis, à AIDS, à tuberculose e à hanseníase. Também está implantado o Programa do Leite, que atende as gestantes, nutrízes, crianças de 0 a 6 anos, com baixo nível de nutrição, e da Bolsa-Escola, patrocinados pelo Governo Federal.

Para o atendimento à população, a Secretaria de Saúde dispõe de 2 veículos, 1 moto, 2 barcos com motor de popa e 1 ambulância do Estado, cedida por convênio ao município.

- **Esporte e Lazer**

A estrutura de oferta de áreas de esportes é deficiente. O município conta com um campo de futebol murado e parcialmente gramado, o Estádio Municipal Antônio Gomes Neto e um ginásio de esportes que acaba de ser concluído.

As atividades desenvolvidas restringem-se a torneios de futebol e de vôlei, tanto masculino quanto feminino, com os municípios vizinhos, organizados pela comunidade que se desloca para disputá-los. Com a inauguração do ginásio, pretende-se trazer alguns desses eventos para Pium. Há ainda uma escolinha de futebol, aberta à comunidade.

- **Cultura**

O conjunto arquitetônico da parte antiga da cidade, remanescente do período áureo do garimpo, constitui o

principal patrimônio municipal. Neste centro antigo é que se localiza a Praça do Garimpeiro, recentemente recuperada.

A Secretaria de Cultura e Esportes da Juventude tem desenvolvido esforços no sentido de envolver os jovens em diferentes atividades culturais. Para tanto vem promovendo palestras, oficinas de teatro, dança coreografada com música de compositor local, como forma de valorizar os artistas da terra, fanfarra, banda e coral.

Merece destaque a Casa da Cultura Eli Brasiliense, onde funciona a Biblioteca Municipal e são desenvolvidas atividades culturais, e a Casa dos Sabores, recentemente inaugurada, na Praça do Garimpeiro, com o objetivo de divulgar e comercializar os produtos artesanais e doces típicos do Município.

2.2.4. Dinâmica Econômica

- **Atividades Econômicas**

A economia de Pium está predominantemente baseada na agropecuária, com destaque para a criação de bovinos, não existindo no município pecuária de corte, enquanto a de leite é inexpressiva. O rebanho bovino é constituído de 128.991 cabeças, sendo 100.322 de vacas e novilhas, de acordo com informações da ADAPEC. É adotado

o sistema de criação extensiva, com reduzido nível tecnológico e baixa produtividade.

Com menor expressão econômica, o Censo Agropecuário 1995/1996 verificou a existência da avicultura, com um rebanho de 107.127 cabeças para postura, a bubalinocultura, com 1.142 cabeças, a caprinocultura, com 1.826 e a ovinocultura, com 734 cabeças.

A piscicultura está sendo introduzida com alguns projetos implantados e em implantação.

Segundo dados da ADAPEC, o município possui 552 propriedades, sendo 385 com atividade pecuária e 167 improdutivas e/ ou com agricultura. A atividade pecuária gera um a dois empregos por propriedade.

A enorme extensão de várzea irrigável, reconhecida como a maior do mundo, é propícia para a produção de grãos. Na agricultura sobressai o arroz irrigado, com uma área colhida de 1.800 ha. A potencialidade do município, entretanto, favorece produções muito mais elevadas. A seringueira tem sido cultivada, ocupando uma área de 380 ha. Recentemente estão sendo introduzidas as culturas de abacaxi e manga para exportação.

Nos cinco assentamentos existentes, a produção é de subsistência, com pequeno excedente para a venda no varejo. A maioria dos assentamentos ocupa áreas de baixa ou nenhuma fertilidade. A prefeitura presta assistência para o desenvolvimento de lavouras comunitárias, dispondo, para isso, de um trator. O escritório local do RURALTINS não possui agrônomo, prestando apenas assistência social. A assistência técnica é fornecida por escritório de outro município.

A Tabela 9 apresenta informações sobre a produção agrícola nos últimos 3 anos e a Tabela 10, o efetivo dos rebanhos, em 1998. As tabelas 11 e 12, com dados de 1996, apresentam o uso das terras rurais e os proprietários, arrendatários e ocupantes dessas terras.

TABELA 9
PRODUÇÃO AGRÍCOLA

CULTURA	ÁREA COLHIDA (ha)			PRODUÇÃO ⁽¹⁾ (ton)			RENDIMENTO MÉDIO ⁽²⁾ (kg/ ha)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Arroz Sequeiro	2.200	3.150	3.500	4.484	7.560	8.400	2.038	2.400	2.400
Arroz Irrigado	6.900	2.000	5.500	31.050	9.600	28.050	4.500	4.800	5.100
Soja Irrigada	0	0	320	0	0	640	0	0	2.000
Milho	500	400	400	650	720	720	2.382	2.301	1.901
Mandioca	100	170	80	2.000	3.400	1.600	20.000	20.000	20.000
Abacaxi*	25	88	78	550	1.936	1.716	22.000	22.000	22.000

(1) Produção em 1.000 frutos (2) Rendimento em frutos/ ha.

Fonte: SEPLAN/ DPI.

45

TABELA 10
EFETIVO DOS REBANHOS

CLASSE	EFETIVO (cabeças)	CLASSE	EFETIVO (cabeças)
Bovinos	103.000	Caprinos	1.790
Bubalinos	1.120	Muare	1.685
Suínos	11.800	Equinos	3.810
Ovinos	720	Asininos	125
		Aves	41.250

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 1998

TABELA 11
USO DAS TERRAS RURAIS

UTILIZAÇÃO	CONDIÇÃO	ÁREA (ha)
Lavouras	Permanente	2.049
	Temporária	5.735
	Temporária em descanso	10.548
Pastagens	Natural	228.357
	Plantada	134.405
Matas	Natural	99.630
	Plantada	0
Terras Produtivas não Utilizadas		5.302
Total Geral de Área		486.026

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995-96

TABELA 12
CONDIÇÃO DO PRODUTOR

CONDIÇÃO	ESTABELECIMENTOS		ÁREA	
	n°	%	ha	%
Proprietário	520	94,8	436.991,74	87,87
Arrendatário	1	0,1	154,88	0,03
Ocupante	28	5,1	60.161,00	12,10
TOTAL	549	100 %	497.307,62	100 %

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário, 1996

A zona rural é toda eletrificada e a Prefeitura dispõe de uma *patrol*, que deverá compor uma patrulha mecanizada, utilizada para a manutenção das estradas

vicinais e para apoiar eventuais serviços nas propriedades rurais.

Está sendo negociada a instalação de uma Escola Técnica Rural em Pium, através de um convênio entre o Estado do Tocantins, que assumirá a direção, a Prefeitura Municipal, que se encarregará da Administração e os produtores rurais, que cuidarão dos aspectos financeiros. Esta escola deverá preparar profissionais para as atividades agropecuárias desenvolvidas em Pium e nos municípios vizinhos.

Merece ser destacado o Projeto Cerrado, em convênio com o Governo Britânico, destinado ao estudo do seqüestro de carbono, e o Projeto Canastra, projeto de piscicultura ainda em implantação, com potencialidade de venda de peixes para a cidade e demais municípios vizinhos.

Praticamente não existem indústrias em Pium, a não ser 3 pequenas máquinas de beneficiamento de arroz, 2 marcenarias, 1 serralheria, 1 padaria e 1 sorveteria.

Não há matadouro e o abate de animais é feito de forma bastante rudimentar, sem qualquer controle por parte da vigilância sanitária. O leite também é fornecido *in natura* (Vide Tabela 13).

TABELA 13
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

INDÚSTRIA	QUANT.	(%)
Beneficiamento e fabricação de produtos do arroz	03	21,43
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque	03	21,43
Fabricação de móveis com predominância de marcenaria	02	14,29
Confeção de outras peças de vestuário	01	7,14
Fabricação de artefatos de tapeçaria	01	7,14
Outros	04	28,57
Total	14	100,00

Fonte: SEBRAE - Cadastro Empresarial, 2000

O comércio em Pium é constituído de um estabelecimento principal, que combina mercado/ padaria/ açougue, 4 mercados, 3 farmácias, uma loja de produtos agropecuários, com problemas de manutenção, uma de tecidos e armarinho, além de pequeno comércio de bairros e botequins.

O comércio depende fortemente das compras dos funcionários públicos, municipais ou estaduais, já que grande parte dos fazendeiros não reside no município nem no Estado.

No setor de Serviços, existe um posto de abastecimento de combustível, com funcionamento precário, freqüentemente sem combustível. Os grandes produtores

rurais têm tanques de armazenamento de combustível nas fazendas e compram caminhões fechados de óleo *diesel* ou gasolina.

Existem pontos de venda de gás de cozinha, mas é freqüente o uso do fogão a lenha, para o qual cada família providencia a madeira a ser queimada, não existindo venda de lenha na cidade.

Por não contar com agência bancária, o governo municipal está realizando o pagamento dos seus funcionários através de uma cooperativa de crédito agrícola – CREDIPAR, com atuação e reconhecimento apenas no nível local.

Segundo os comerciantes, o maior problema do comércio local está relacionado com a inexistência de agências bancárias na cidade, o que leva os funcionários a se deslocarem para Paraíso do Tocantins a fim de efetuarem o desconto de cheques. Como os preços das mercadorias nesta cidade são mais vantajosos, essas pessoas aproveitam a oportunidade para realizar a compra mensal. A facilidade do transporte coletivo, com linha regular de quatro viagens diárias, favorece esta prática. A desunião dos comerciantes, segundo eles mesmos, tem dificultado a busca de alternativas para enfrentar a concorrência do comércio de Paraíso. Cerca de 60% a 70% da massa salarial do município é gasta em Paraíso, segundo os comerciantes.

A instalação de um Posto de Serviços do Banco do Brasil na Prefeitura Municipal e de uma agência do ECT, em convênio com BRADESCO, poderão alterar este comportamento dos moradores.

A situação precária do comércio voltado para a atividade agropecuária é um indicador do impacto da pecuária na economia urbana do município. Quase todos os insumos consumidos pela atividade são adquiridos fora do município.

Outro fator, além da polarização de Paraíso, a influenciar na fragilidade da economia urbana é a localização da cidade em relação ao seu espaço territorial. A sede do município, por ficar bem a leste do território, está geograficamente mais distante de várias localidades ou propriedades rurais do que cidades vizinhas, como Cristalândia, segunda cidade em tamanho depois de Paraíso, e Lagoa da Confusão, que se tornam mais atrativas e exercem alguma polaridade quanto às relações comerciais com essas localidades.

Cerca de 80% das compras no atacado são feitos em Anápolis, e 20% em Uberlândia, dois entrepostos comerciais que polarizam todo o estado do Tocantins.

Foi construída uma feira coberta pelo Governo do Estado, que funciona como quadra de esportes. Existe um mercado municipal recentemente reformado. Não há feira livre. Verduras e legumes vêm de Paraíso.

A Tabela 14 apresenta o número de estabelecimentos comerciais e de serviços no município de Pium

TABELA 14
ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

COMÉRCIO	QUANT.	(%)
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda inferior a 300 m ² - exceto	15	46,87
• Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	07	21,87
• Comércio varejista de carnes - açougues	04	12,50
• Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	03	9,37
• Comércio a varejo de combustíveis	01	3,12
• Comércio varejista de produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	02	6,25
Outros	08	25,00
TOTAL	40	100,00
SERVIÇOS	QUANT.	(%)
Lanchonetes e similares	17	38,64
Manutenção e reparação de veículos automotores	04	9,09
Atividades de atenção ambulatorial	03	6,82
Atividades jurídicas	03	6,82
Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza	03	6,82
Outros	14	31,82
TOTAL	44	100,00

Fonte: SEBRAE - Cadastro Empresarial, 2000

- **Emprego e Rendimentos**

O maior empregador do município é o setor público. São mais de cem funcionários da Prefeitura, além dos empregados dos governos estadual e federal.

O setor primário é muito pouco significativo na geração de emprego. A inexistência de indústrias não melhora esse quadro. Em relação ao setor terciário, apenas o maior estabelecimento comercial gera 7 empregos, enquanto os demais criam, em média, um emprego cada, sendo freqüente o trabalhador familiar.

A quantidade de desempregados já é significativa, comparativamente à população, e os jovens são os que mais se ressentem da falta de emprego. Boa parte deles sai de Pium em busca de educação e trabalho nas cidades maiores.

Os rendimentos do trabalho são baixos em Pium. Segundo dados do Cadastro Empresarial 2000, elaborado pelo SEBRAE, cerca de 88% dos estabelecimentos empregadores dos setores secundário e terciário pagam até 3 salários mínimos a seus empregados, 12% pagam entre 3 e 5 salários mínimos e apenas 0,1% remunera acima de 5 salários mínimos.

- **Potencialidades**

O município de Pium apresenta como potencialidade de desenvolvimento a sua vocação rural. Para desenvolvê-la, deve procurar inovar em tecnologia que possibilite o aumento da produtividade, diversificar e verticalizar a produção, principalmente voltada para as pequenas propriedades, e estimular a criação de pequenos negócios agropastoris e as formas associativas de produção para possibilitar a geração de trabalho e distribuição de renda, reduzindo desigualdades e levando a que os benefícios dessas atividades revertam-se para o desenvolvimento coletivo.

A incipiente piscicultura, as primeiras plantações de frutas destinadas à exportação e o sucesso crescente dos negócios realizados durante a Feira da Pecuária são sinais das possibilidades existentes nesse campo para o município.

O ecoturismo, o turismo rural e o turismo de natureza podem ser alavancadores do desenvolvimento municipal. A diversidade de atrativos, a grande riqueza da vegetação, da flora, da fauna e a numerosa quantidade de lagos e lagoas podem atrair visitantes e amantes dessas modalidades turísticas.

As pequenas propriedades poderão incorporar às suas práticas rurais a atividade de “hospedeiras” dos interessados no turismo rural,

ampliando as oportunidades de rendimento e possibilitando a permanência dos jovens na região.

A Lagoa Azul, a Lagoa da Pedra e a Lagoa Bonita formam um conjunto de beleza singular. A diversidade de aves, peixes e animais silvestres existentes nas áreas protegidas e a enorme quantidade de lagos são um apelo irrecusável para os amantes do turismo de natureza.

O Quadro 2 apresenta os principais locais de interesse por seu grande potencial turístico.

QUADRO 2 ATRATIVOS TURÍSTICOS

RIO JAVAÉS

Afluentes do Araguaia, é um dos principais rios que atravessam o município de Pium, fazendo o limite natural do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Estadual do Cantão. Possui belas praias de verão, com possibilidades para banho e acampamento. Propício para a prática da pesca esportiva (pegue e solte), devido à sua piscosidade;

Local / atrativos	Descrição	Condições de acesso
Porto Canguçu	- pesca esportiva - praias de junho a setembro - paisagem com característica amazônica - fauna rica em animais-	Fácil, a partir do Porto Canguçu
Centro de Pesquisa Canguçu Instituto Ecológica –, no qual se desenvolve o Projeto Sequência de Carbono e o Projeto dos quelônios, está equipado como um complexo receptivo que trabalha o segmento do turismo científico, com modernas e confortáveis instalações para receber pesquisadores e visitantes. Tilhas do Lago do Mato Verde - Safari fotográfico - Praias do Javaés	Oferece acesso às trilhas do Lago do Mato Verde, safári fotográfico, trilha noturna para focar jacaré e tartarugas, e às praias do Javaés. - trilha noturna para focar jacaré e tartarugas - projeto Quelônios do Tocantins	Distante 130 km de Pium, pode ser facilmente acessado, de automóvel por estrada não pavimentada (TO-354) ou por barco pelo Rio Javaés, na época do inverno. Fácil, de carro no verão por estrada não pavimentada (TO-354) ou por barco pelo Rio Javaés na época do inverno. 130 Km da sede do município de Pium.
Fazenda Ponderosa Agropecuária Javaés – praias, lagos e lagoas - Lagoa Bonita - Lagoa de Pedra - Lagoa do Bicho - Lagoa Formosa - Lagoa Azul - Ilha do padre - Lagoa Feia Fazenda JAM - lago do Arrozal	- paisagem característica de campo cerrado e áreas de muricis e sua floração - Interpretação da natureza, observação da fauna incluindo os processos de postura dos quelônios, presença de muitos pássaros, repleta de peixes, registro de desova de quelônios, acampamentos, paisagem característica de campo cerrado, - .Pântanos mais conhecido como “arrozal” que atraem grande quantidade de avifauna - Recursos naturais interessantes, além dos aspectos de produção rural. - Pesca esportiva - Banho - Acampamento no entorno da lagoa ou nas praias do rio Javaés	Fácil acesso de carro no verão pela TO-354, seguindo-se o Porto do Canguçu sentido Pium 103 km da sede do município de Pium.

continua

continuação

RIO ARAGUAIA

A porção do Araguaia que configura um dos limites naturais do município de Pium, banhando a Ilha do Bananal. O rio atrai adeptos do segmento da pesca esportiva, mas é mais conhecido pelas belíssimas praias que surgem no verão, com possibilidades para banhos e acampamentos.

Local / atrativos	Descrição	Condições de acesso
		Fácil, a partir do Porto Canguçu

RIO COCO

É um dos limites naturais do município de Pium, na sua porção oeste. Na extensão do rio Coco, Pium limita-se com os municípios de Caseara e do Tocantins. Com uma extensão de 180 km, este rio proporciona agradáveis praias durante a temporada de verão, que vai de junho a setembro. Suas águas são verde e mornas e em toda a sua extensão há uma densa paisagem com características amazônicas.

As ilhas que se forma são variadas e belas. A fauna mais presente é composta de gaivotas, marrecos, mergulhões, capivaras, papagaios e outras espécies.

A variedade de peixes é imensa e os mais comuns são: tucunarés, jaú, curimatá e barbado.

Local / atrativos	Descrição	Condições de acesso
	- praias de junho a setembro - paisagem com características amazônicas - fauna rica em animais	Regular, no verão devido à seca. 76 km da sede do município de Pium

52

PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA

Localizado na Ilha do Bananal, fazendo limite ao norte: confluência Rio Araguaia e Javaés; oeste – Rio Araguaia e Ilha do Bananal; sul – Ilha do Bananal; leste – rio do Javaés.

É uma Unidade de Conservação, possuindo lagoas, cerrado, rios Araguaia e o Javaés.

A Unidade é de propriedade do Governo Federal, sendo administrado pelo IBAMA/TO

Encontra-se aí, um mistura de ecossistemas (ecótono), com características das várias fisionomias do cerrado, da floresta amazônica e do pantanal, grande áreas de maior concentração de fauna e o Projeto Quelônios da Amazônia, desenvolvido em 11 praias do rio Javaés, ao norte da Ilha.

Local / atrativos	Descrição	Condições de acesso
		Fácil, de barco pelo Rio Javaés a partir do Porto Canguçu ou mesmo a partir da Barreira da Cruz, possuindo acesso ainda pelo Rio Araguaia no verão devida a seca.

continua

PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO

É uma Unidade de Conservação, possuindo lagoas, Cerrado, rios como o Araguaia e o Javaés.

Localizado na Ilha do Bananal, fazendo limite ao norte: confluência Rio Araguaia e Coco; oeste – Rio Araguaia e Ilha do Bananal; sul – rio Javaés; leste – rio Coco.

É uma Unidade de Conservação, possuindo lagoas, Cerrado, rios como o Araguaia e o Javaés.

A Unidade é de propriedade do Governo Federal, sendo administrado pelo IBAMA/TO

A mistura de ecossistemas em um mesmo local forma a riqueza biológica da região. Três quartos da área total são cobertos por várzeas típicas do cerrado. A vegetação é caracterizada por florestas secas, inundáveis e perenes. Animais de variadas espécies e portes encontram ali um habitat rico em alimentos, seguro e intocado.

No período de estiagem, os três rios mostram as praias que integram a paisagem junto com matas de galeria, formando incontáveis ilhas com vegetação abundante. Esta época favorece a observação de uma grande quantidade de animais silvestres e também a prática de pesca esportiva.

Local / atrativos	Descrição	Condições de acesso
Fazenda São Manoel Fazenda Isoeste - Lago do Carro Queimado, no inverno junta-se com o Rio Bonito e lagoa da Geralda - Lago da Praia - Fazenda do Dr. Neilton - Fazenda Torrão do Cocal - Furo da Barreirinha - Lago Pequizeiro - Furo do Cíca - Furo do Aeroporto - Furo do Perdido - Furo do Javaezinho	possui lagos, varjão e furos, rio do Coco e praias, Por ser uma área em fase de requerimento de posse pelo antigo proprietário, o governo estuda a transformação da área em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN - composto por uma amostra de fisionomia do cerrado, não encontrado em nenhuma outra área do mesmo, daí a importância de sua conservação - no mês seco uma parte vira praia, constatou-se ainda a presença de vários cardumes de jaraqui - Passeios de barco e canoa - Abriga dois lagos na mata e três no cerrado - Passeios pelos furos, de canoas com remo ou voadeiras com barqueiros regionais, tanto no verão ou no inverno - Passeios alternados, no verão, de canoas com caminhadas a pé	Fácil, no verão pela TO 354, seguindo-se o Porto Canguçu sentido Pium.

Figura 07 – Corredor Turístico da Bacia Hidrográfica do Araguaia

Figura 08 – Atrativos e Potencialidades de Turismo e Lazer

2.2.5. Promoção Social

A Secretaria de Ação Social é responsável por trabalhos e ações voltadas para a população carente, bem como pela atenção às famílias dos assentados rurais.

A diretriz para implementação das ações visa a qualificação para o trabalho, mas a carência da comunidade é tão grande que a demanda é por assistencialismo. A procura por cursos não é das famílias mais carentes. Neste aspecto funciona o Programa de atenção à criança de 0 a 6 anos, com creche e aleitamento, distribuição de leite *in natura* para 100 famílias. Não há distribuição de cestas básicas.

Os principais projetos e/ ou ações, em andamento ou em implantação:

- Trabalho com grupos de gestantes, em conjunto com a saúde, construção de creche;
- Grupo de convivência da melhor idade, com início em março. A população de idosos é grande e já houve caso de suicídio por solidão;
- Projeto Pioneiros Mirins;
- Pastoral da Criança com 57 famílias cadastradas;
- Construção de uma Casa de Convivência para abrigar pessoas de idade em estado de abandono;

- Construção da APAE, para atendimento a mais de 30 pessoas portadoras de deficiência e de famílias carentes;
- Cantina da Solidariedade – apoio com café da manhã e almoço, de segunda-feira a sábado, para pessoas da zona rural, principalmente dos assentamentos, que buscam serviços na cidade, além de pessoas muito carentes da zona urbana. Funciona com recursos próprios do município;
- Apoio à construção da casa própria;
- Implantação de horta comunitária, trabalho iniciado, que não teve continuidade;
- Oficina de lapidação de pedras preciosas em parceria com o SEBRAE, em projeto;
- Mães dos pioneiros mirins;
- Busca da viabilização do acesso aos benefícios da aposentadoria;
- Comemoração de datas comemorativas;
- Orientação aos jovens quanto aos problemas de gravidez e prostituição na adolescência.

A informação, não confirmada por números, é que de 60% a 70% da população do município são carentes.

No centro antigo foi reformada uma casa para a implantação da Cantina da Solidariedade, destinada a fornecer alimentação para pessoas da zona rural e pessoas carentes da cidade. Uma outra casa foi recuperada para funcionar como a Casa do Sertanejo, albergue para a população rural que pernoita na cidade e não tem onde se

alojar. Outro projeto da Secretaria de Cultura é Casa dos Sabores, para exposição e comercialização do artesanato voltado para a culinária local, doces, biscoitos, etc., além de outros produtos artesanais.

2.2.6. Segurança Pública e Justiça

A segurança pública é garantida por uma Delegacia de Polícia, com 1 delegado e 1 escrivão. O trabalho é desenvolvido através do Programa de Polícia Comunitária, com ações de caráter integrativo. A Polícia Civil e Militar dividem o mesmo espaço.

Os equipamentos disponíveis da Polícia Civil são uma viatura sem rádio, conveniada com o município, e uma linha telefônica fixa.

A Polícia Militar é comandada por um sargento, contando com um efetivo de 1 cabo e 5 soldados. Dispõe de uma viatura com rádio; um revólver 38; um fuzil; um AK 40; um 190 para receber.

A tabela 15 informa as principais ocorrências policiais nos últimos 4 anos, apenas merecendo destaque as lesões corporais.

TABELA 15
PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS POLICIAIS – 1999/2002

CORRÊNCIA	1999	2000	2001	2002
Homicídio (Pium)	-	02	-	
Tentativa Homicídio Pium/Chapada	01	-	01	02
Estupro	-	-	-	01 (*)
Tentativa estupro	-	-	03	-
Lesões corporais	-	-	115	-
Perturbações ao sossego público	-	-	03 encaminhado	-
Ameaças	-	-	10	-
Crimes ambientais	-	-	-	01

(*) Apuração

Fonte: Delegacia de Polícia de Pium.

Pium é sede de Comarca de 1ª Entrância e dispõe de 2 Cartórios: Cartório de Registro de Imóveis e Cartório de Registro Civil, Jurídico, Títulos e Documentos.

2.2.7. Capacidade de Gestão

Estrutura Administrativa.

A Prefeitura de Pium encontra-se relativamente bem instalada e estruturada, com todas as secretarias funcionando em um mesmo prédio. A informatização ainda não é satisfatória mas já atende as principais funções.

A gestão administrativa é exercida diretamente pela Prefeitura, mas a área de finanças está entregue a um escritório de contabilidade, responsável pelo Orçamento, LDO e PPA.

Existe um cadastro imobiliário, muito precário, dada a inexistência de base cartográfica, elaborado para possibilitar a cobrança do IPTU. Foram cadastrados 1.087 imóveis, sendo que 50% das fichas possuem informações sobre as condições das habitações. A base cartográfica de apoio é extremamente precária. Não existe planta de valores imobiliários satisfatória.

O valor médio do IPTU cobrado oscila entre R\$ 15,00 (quinze reais) e R\$ 30,00 (trinta reais) e é pago por cerca de 10% dos proprietários, apenas. A não existência de um sistema de fiscalização eficiente nem de dívida ativa estruturada torna impraticável a cobrança judicial dos impostos.

Cartografia

Existe uma planta urbana planimétrica, sem informações cadastrais, na escala de 1:1000, de 1997, bastante imprecisa, que não inclui um loteamento mais recente, com 800 lotes, dos quais aproximadamente 100 já construídos.

Legislação.

O Município dispõe de Lei Orgânica, Código de Obras e Edificações (não implantado), Código Tributário e Código de Posturas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei do Orçamento Anual e o Plano Plurianual são elaborados por escritório de contabilidade contratado pela Prefeitura, estando concentradas nesse escritório todas as informações financeiras do município.

2.2.8. Terceiro Setor

Cada um dos assentamentos rurais possui uma associação. O município possui o Conselho de Desenvolvimento Rural, criado, mas não instalado. A Associação dos Moradores de Pium – AMOP, funciona precariamente. As áreas de Educação e Saúde possuem os Conselhos exigidos para recebimento das transferências de recursos federais.

2.2.9. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos

Os estudos desenvolvidos durante a fase de elaboração do diagnóstico da realidade atual do município, as entrevistas realizadas com diferentes segmentos do poder público e da sociedade e as reuniões de planejamento participativo possibilitaram a verificação de alguns aspectos importantes, tanto como facilitadores do

desenvolvimento de Pium, quanto como problemas a serem superados no processo de desenvolvimento. Dentre eles, podem ser destacados:

- A população que vinha crescendo regularmente, até 1990, ainda que a taxas baixas, decresceu na última década, provavelmente pelo desmembramento de parte do território para a criação de novos municípios. De qualquer maneira, esse fato evidencia que não existem movimentos migratórios significativos para Pium;
- A principal atividade econômica é a pecuária extensiva, de baixa geração de empregos ou de receita para o município. Utiliza grandes extensões de terra, interferindo nos ecossistemas naturais. Mais recentemente, começam a surgir algumas experiências de fruticultura, com destaque para o abacaxi e a manga. Também estão sendo experimentadas a piscicultura e a plantação de seringa. Essas iniciativas sinalizam para uma possível diversificação das atividades rurais;
- Os assentamentos realizados em Pium produziram um grande número de pequenas propriedades rurais, o que permite a implantação de programas de estímulo à agricultura familiar e à organização de formas

associativas de produção e comercialização dos produtos, com consequente aumento da produtividade e competitividade;

- Do ponto de vista social, observa-se a boa qualidade dos serviços de saúde, que atraem populações dos municípios vizinhos. Ainda assim, são necessários investimentos em equipamentos mais modernos para ampliar as possibilidades de atendimento. A educação também apresenta níveis de atendimento e padrão de qualidade do ensino satisfatórios, se comparados com a média nacional, mas há reivindicações de maiores e melhores alternativas, principalmente no tocante à profissionalização dos jovens;
- As oportunidades de trabalho e lazer são bastante reduzidas. O principal empregador é a Prefeitura Municipal e a predominância da pecuária extensiva, geradora de número muito reduzido de postos de trabalho, deixa poucas alternativas para os jovens que, com frequência, deixam a cidade na busca de novas oportunidades de estudo ou de trabalho;
- Existem carências em relação aos equipamentos urbanos. É preciso ampliar as redes de abastecimento de água, de distribuição de energia e a iluminação pública. Não há redes de drenagem pluvial e esgotamento sanitário. O lixo é lançado em um depósito a céu aberto, em um terreno não muito distante da cidade. Existe um projeto e recursos para um aterro sanitário; falta, entretanto, definir-se o local exato para sua implantação;

- Constata-se, ainda, a necessidade de se estender a pavimentação das vias às áreas mais recentemente urbanizadas; de se cuidar do mobiliário urbano, do tratamento paisagístico e da qualificação dos espaços públicos, principalmente fora da área central da cidade que vem sendo objeto de intervenções recentes;
- Existe no município uma grande quantidade de lagos, lagoas e alguns rios piscosos e de belas praias, com excelente potencial para o desenvolvimento do turismo de natureza. Entretanto, o acesso a esses atrativos é dificultado pela não existência de estradas em boas condições de trafegabilidade. Além disso, todos os atrativos estão localizados em terras particulares, não tendo os seus proprietários a percepção de que podem explorá-las para fins turísticos, simultaneamente às atividades já desenvolvidas, ampliando as possibilidades de geração de receita;
- A distância da sede do município ao Parque Estadual do Cantão e ao Rio Araguaia, além da inexistência de bons acessos a eles, não sinaliza como viável, pelo menos no curto prazo, a dinamização do turismo nesses dois destinos. As possibilidades de desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo nas

localidades mais próximas são muito mais plausíveis e variadas, desde que se dissemine o entendimento de que ambos são perfeitamente compatíveis com as práticas agrícolas e pecuárias já desenvolvidas na região;

- Para o desenvolvimento do turismo será necessário implementar uma infra-estrutura turística e de apoio aos serviços turísticos. Ambas não existem atualmente para atender um possível fluxo de visitantes;
- É preciso ampliar a capacidade de gestão da Administração para a implementação do processo de desenvolvimento sustentável do município. Não se observa integração entre as diferentes áreas de atuação; há necessidade de estruturação do sistema de planejamento e gestão apoiado por um sistema de informações municipais; algumas equipes precisam ser redimensionadas e melhor qualificadas para as novas funções decorrentes da implantação desse sistema; é preciso melhorar procedimentos e intensificar a articulação do poder público municipal com os diversos organismos públicos e com o setor privado;
- A sociedade mantém-se alheia às questões do desenvolvimento municipal, deixando a cargo do poder público resolvê-las. Os maiores investidores rurais, de outros municípios ou mesmo de fora do Tocantins, quase nunca se envolvem com os problemas locais. Normalmente têm em suas fazendas campos de pouso, reservatórios de combustíveis para os implementos agrícolas e veículos, compram os insumos fora de Pium ou do Estado e

comercializam seus produtos em outros mercados. O resultado das suas atividades produtivas não repercute na vida econômica e social da cidade.

O Quadro 3 apresenta uma síntese dos aspectos analisados, pondo em evidência os pontos fortes ou fracos, as oportunidades e os riscos para o desenvolvimento do Município.

Os dados do Quadro 3 permitiram a construção dos cenários futuros alternativos para o desenvolvimento de Pium. A eficácia no tratamento desses aspectos, para a maximização das vantagens e neutralização das limitações é que definirá o nível de desenvolvimento da cidade em que se quer viver e do município que se quer construir.

QUADRO 3
PONTOS FORTES E FRACOS, OPORTUNIDADES E RISCOS

	PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES		PONTOS FRACOS / RISCOS
?	Facilidade de acesso ao Município	?	Dependência de Paraíso do Tocantins
		?	Estradas precárias para os municípios vizinhos
?	Grande diversidade de atrativos turísticos naturais	?	Deterioração dos atrativos turísticos se não forem respeitadas as capacidades de suporte
		?	Falta de infra-estrutura para atendimento ao turista
?	Grande quantidade e diversidade de peixes	?	Risco de extinção pela pesca predatória
?	Riqueza da fauna e da flora	?	Caça e pesca predatória
?	Grande quantidade de rios e lagos	?	Degradação pelo uso inadequado
?	Possibilidades de modalidades diversificadas de turismo de natureza	?	Inexistência de equipamentos e infra-estrutura de apoio
?	Existência do Parque da Pecuária como elemento propiciador do desenvolvimento dessa atividade	?	Baixo nível tecnológico e pouca capacitação profissional
?	Fertilidade da terra	?	Utilização para a pecuária extensiva, de baixa geração de emprego e receita para o município.
?	Projetos de cooperação internacional possibilitam o turismo científico	?	Pouca divulgação e falta de estrutura de apoio ao turista
?	Possibilidade de desenvolvimento do turismo rural	?	Falta de visão empresarial voltada para o turismo
?	Terras regularizadas	?	Dificuldade de obtenção de assistência técnica
?	Extensão da área de várzea irrigável	?	Uso de tecnologia inadequada
?	Zona rural toda eletrificada	?	Dificuldade de acesso a crédito para investimentos
?	Existência de grande quantidade de pequenas e médias propriedades rurais	?	Pouca capacidade de organização associativa e de tecnologia para desenvolvimento da produção
		?	Assentamentos rurais não desenvolvidos
?	Criação do Parque Estadual do Cantão no município	?	Não implementação do Plano de Manejo e Uso Público do Parque
		?	Distância da sede do município aos principais atrativos para o ecoturismo do Parque
?	Parte do município inserido na APA Ilha do Bananal/ Cantão	?	Não implantação da APA
?	Outras Unidades de Conservação importantes para o turismo	?	Fragilidade do meio ambiente

continua

continuação

	PONTOS FORTES / OPORTUNIDADES		PONTOS FRACOS / RISCOS
?	Centro antigo recuperado	?	Deficiência dos equipamentos urbanos e comunitários e do sistema viário urbano
		?	Dificuldade de manutenção dos imóveis particulares
?	Artesanato valorizado	?	Perda da identidade cultural pela globalização
?	Segurança e tranquilidade	?	Oportunidade de trabalho muito reduzida
?	Boas instalações da Administração Municipal	?	Áreas da Administração Pública pouco integradas
?	Estruturação do Projeto Cerrado		
?	Diversificação e modernização agrícola		
?	Exploração do cristal		
		?	Pouca participação da sociedade nas questões de desenvolvimento
		?	Pouca divulgação dos eventos de interesse da sociedade
		?	Poucos espaços para atividades extracurriculares de esporte e de lazer
		?	Desunião dos comerciantes causadora de baixa competitividade

? = Ponto forte ? = Oportunidade

? = Ponto fraco ? = Risco

3. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO URBANA

3.1. Considerações Gerais

A construção dos cenários alternativos de desenvolvimento municipal permite a análise das possibilidades de desenvolvimento do Município, dentro dos princípios da sustentabilidade. Correspondem, de forma resumida, ao modelo da cidade/ município desejado.

Representam antevisões de futuro sob o enfoque econômico, social, cultural, político-institucional e físico-ambiental. Os cenários organizam, sistematizam e delimitam alternativas de desenvolvimento, explorando os possíveis caminhos para esse desenvolvimento.

3.2. Os Cenários para Pium

As estratégias adotadas para o tratamento dos aspectos relacionados no Quadro 3, anteriormente apresentado, no sentido de maximizar as oportunidades e pontos fortes e de neutralizar ou reduzir os pontos fracos e riscos ao desenvolvimento municipal é que determinarão o maior

ou menor sucesso dos esforços na busca da cidade sustentável.

As alternativas de potencialização dos aspectos positivos e da minimização dos negativos permitem a construção de três Cenários Futuros para Pium:

Cenário Conservador

Cenário de Dinamismo Mediano

Cenário de Desenvolvimento Sustentável

3.2.1 - Cenário Conservador

Neste cenário, o Município de Pium sofre as influências das atuais condicionantes socioeconômicas regionais, nacionais e mundiais, o que resulta em um crescimento no mesmo ritmo que vem sendo experimentado atualmente, sem qualquer investimento por parte das diferentes esferas de governo ou da iniciativa privada.

Tal cenário pode ser traduzido por:

- 1 Economia estagnada em função do pouco dinamismo da economia brasileira, com redução da capacidade de investimento público;
- 2 Degradação ambiental pela baixa eficiência dos mecanismos de controle e fiscalização e pela ausência de educação ambiental;

- 3 Manutenção ou aumento das grandes propriedades rurais voltadas para a agricultura e pecuária extensiva, com conseqüente expulsão do pequeno agricultor assentado para a cidade;
- 4 Baixa perspectiva de alteração do índice de desenvolvimento humano, decorrente da manutenção de:
 - Baixo índice de escolaridade;
 - Atual índice de desemprego;
 - Empregos com rendimento insuficiente para a auto-sustentação;
 - Número reduzido de habitações com abastecimento de água adequado;
 - Rede de esgotamento sanitário e de drenagem pluvial precárias;
 - Não ampliação do número de ruas pavimentadas;
 - Coleta e disposição final de resíduos sólidos precários;
- 5 Gestão municipal sem melhoria, pela manutenção do atual quadro de ausência de planejamento, de pouca

integração entre os diferentes setores da administração e reduzido interesse da sociedade em participar no processo de desenvolvimento;

- 6 Pequenos investimentos na infra-estrutura básica de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento dos resíduos sólidos, pavimentação etc.

O Quadro 4, a seguir, apresenta as dimensões e atributos do Cenário Conservador.

QUADRO 4
DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO CONSERVADOR

DIMENSÕES E ATRIBUTOS	
DIMENSÕES	ATRIBUTOS ESPECÍFICOS
ECONÔMICA	• Economia estagnada • Comércio pouco dinâmico • Predominância de latifúndios • Pesca predatória • Ausência de assistência técnica e creditícia ao pequeno e médio agricultor • Poucas oportunidades de trabalho, especialmente para os jovens • Baixa capacitação profissional • Abastecimento de combustível deficiente • Rede hoteleira precária • Poucos investimentos financeiros
SOCIAL	• Índice de analfabetismo sem redução • Taxa de evasão escolar inalterada • Insuficiência de escolas para crianças até quatro anos e para a educação infantil • Idosos e portadores de necessidades especiais sem atendimento adequado • Falta de oportunidade de educação e lazer para os jovens • Nível do ensino insatisfatório
FÍSICO AMBIENTAL	• Estruturas urbanas inadequadas • Degradação ambiental, principalmente nas áreas de preservação permanente • Pequeno investimento em saneamento ambiental, sem melhoria da oferta de abastecimento de água tratada, do sistema de esgotamento sanitário e da coleta e disposição de resíduos sólidos; • Unidades de conservação sem implantação nem plano de manejo e uso público • Desmatamento e queimadas constantes
INSTITUCIONAL	• Administração municipal com poucos recursos técnicos e humanos • Ausência de instrumentos de planejamento e gestão municipal e ambiental • Estrutura arrecadatória não estruturada, dependente da transferência de recursos estaduais e federais • Aplicação da legislação ambiental pouco eficaz • Falta de planejamento das ações municipais • Pouca participação da sociedade no processo de desenvolvimento do município

Inserir planta do cenário conservador

Colocar título na planta: CENÁRIO CONSERVADOR:

Expansão Urbana Figura 09 –Cenário Conservador

3.2.2 - Cenário de Dinamismo Mediano

De acordo com este cenário deve ocorrer, no médio prazo, um processo de integração e estabilidade econômica regional, nacional e internacional, possibilitando um moderado crescimento da economia brasileira.

Podem ser previstos:

- 1 Investimentos por parte dos governos estadual e federal no Município, em médio prazo, ainda insuficientes para reverter a polarização de Paraíso do Tocantins;
- 2 Base produtiva com crescimento médio, ainda sob o predomínio das atividades agropecuárias, limitado surgimento do processo de verticalização do setor primário e potencialização dos pequenos e médios produtores rurais;
- 3 Início de diversificação das culturas, com o surgimento da fruticultura, aliado a um turismo rural incipiente;
- 4 Conservação do meio ambiente, com a implantação de mecanismos e instrumentos de gestão ambiental;

- 5 Médio desenvolvimento humano, com pequena ampliação e melhoria das ações nas áreas de educação e saneamento ambiental e manutenção das atuais ações na área da saúde;
- 6 Início de implementação do processo de planejamento e gestão urbana, ainda com pouca participação social.

As dimensões e atributos do Cenário de Dinamismo Mediano são apresentados no Quadro 5, a seguir.

QUADRO 5
DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO DE DINAMISMO MEDIANO

DIMENSÕES E ATRIBUTOS	
DIMENSÕES	ATRIBUTOS ESPECÍFICOS
ECONÔMICA	• Base produtiva com um início de diversificação, mas ainda com a predominância da pecuária extensiva • Surgimento da cultura de novos produtos agrícolas e do turismo rural • Dependência de outros centros polarizadores • Pequeno incremento das atividades agro-industriais • Pequena melhoria da assistência técnica aos pequenos produtores rurais • Pequena facilidade de acesso ao crédito para o pequeno e médio produtor • Comércio com algum dinamismo mas sem competitividade • Rede hoteleira ainda precária • Pequeno aumento nas oportunidades de trabalho • Esforço incipiente de capacitação profissional • Surgimento dos primeiros estabelecimentos de serviços diversificados como agências bancárias, postos de abastecimento, restaurantes e lanchonetes etc.
SOCIAL	• Aumento de escolas para educação para crianças até quatro anos, educação infantil e de primeiro grau • Pequena melhoria da qualidade do ensino • Redução da mortalidade infantil e das doenças de veiculação hídrica • Provimento de espaços de lazer • Diminuição dos índices de analfabetismo e de evasão escolar • Surgimento de espaços e programas de atendimento à melhor idade • Implantação de programas voltados para os portadores de necessidades especiais
FÍSICO AMBIENTAL	• Conservação dos recursos naturais e ambientais • Unidades de conservação com alguma infra-estrutura • Atendimento da população com abastecimento de água de qualidade e sistema de esgotamento sanitário • Implantação de aterro sanitário • Espaços públicos melhorados, mas com manutenção ainda insuficiente • Implementação de política habitacional mais efetiva
INSTITUCIONAL	• Instrumentos de gestão ambiental e urbana existentes, mas com poucas condições de aplicabilidade • Base fiscal ainda insuficientemente organizada, com evasão da arrecadação • Instalação do sistema de planejamento urbano a médio prazo • Administração pública um pouco articulada, mas sem capacidade de administrar todos os problemas • Participação incipiente da sociedade nas questões de desenvolvimento do município

Inserir planta do cenário de dinamismo mediano

Inserir título na planta: CENÁRIO DE DINAMISMO MEDIANO: Expansão Urbana

Figura 10 –Cenários de Dinamismo Mediano

3.2.3 - Cenário de Desenvolvimento Sustentável

É um cenário otimista, construído em um contexto econômico estável no nível regional, nacional e mundial, no qual será possível a geração de recursos para investimentos, o que trará como consequência o dinamismo da economia local, com significativa melhoria da capacidade de investimento da administração local e dos empresários e elevação dos indicadores de qualidade de vida.

Por este cenário, será possível:

- 1 Implementação das ações previstas na região para o Eixo Nacional de Integração Araguaia-Tocantins com investimentos públicos e privados na região e no município (em especial a estrutura portuária vinculada à hidrovia);
- 2 Dinamização das atividades extrativistas, facilitadas pela implantação da rodovia transcarariana;
- 3 Economia dinâmica, com taxas elevadas de desenvolvimento e redução da dependência de outros centros polarizadores pelo equilíbrio na rede urbana regional;
- 4 Base produtiva diversificada, com o desenvolvimento das atividades agro-industriais resultantes da

diversificação e da verticalização do setor primário, com destaque para a pequena e média propriedade;

- 5 Desenvolvimento de pesquisas e de tecnologia para o setor agropecuário e implementação do turismo rural e do ecoturismo,
- 6 Proteção dos recursos naturais e ambientais, com implementação de mecanismos de planejamento e gestão ambiental das unidades de conservação;
- 7 Elevação do índice de desenvolvimento humano pela disponibilidade de recursos para a melhoria da oferta de educação, saúde, saneamento, pavimentação, disposição dos resíduos sólidos;
- 8 Sucesso na gestão urbana, principalmente pela integração entre os diferentes setores em um processo participativo de planejamento e gestão;
- 9 Participação efetiva da sociedade no processo de gestão eficaz e compartilhada.

O Quadro 6, a seguir, relaciona as dimensões e atributos do Cenário de Desenvolvimento Sustentável.

QUADRO 6
DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIMENSÕES E ATRIBUTOS	
Dimensões	ATRIBUTOS ESPECÍFICOS
ECONÔMICA	• Economia dinâmica com base produtiva diversificada • Desenvolvimento da piscicultura • Crescimento de atividades agroindustriais • Ampliação dos eventos e oportunidades de negócios do Parque da Pecuária • Diversificação e verticalização da produção agrícola • Fortalecimento da agricultura familiar e da pequena propriedade rural • Melhoria da assistência técnica ao pequeno e médio produtor • Facilidade ao crédito para os diferentes setores produtivos • Comércio diversificado e competitivo • Expansão da construção civil • Desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo • Proliferação de pequenas e micro empresas • Expansão das oportunidades de capacitação profissional • Geração de emprego e renda • Ampliação e qualificação da rede hoteleira • Diversificação e melhoria do setor de Serviços com a implantação de novos estabelecimentos
SOCIAL	• Redução dos índices de mortalidade infantil e de doenças de veiculação hídrica • Redução do índice de analfabetismo • Instalação de escolas profissionalizantes • Criação de espaços de lazer • Criação de espaços para diferentes modalidades esportivas • Melhoria da qualidade do ensino nos diversos níveis • Melhoria da infra-estrutura de segurança • Ampliação das ações da política habitacional em substituição às habitações sub-normais

continua

DIMENSÕES E ATRIBUTOS	
Dimensões	ATRIBUTOS ESPECÍFICOS
FÍSICO AMBIENTAL	• Conservação permanente dos recursos naturais e ambientais • Implementação de política habitacional mais eficiente • Implantação das unidades de conservação existentes • Melhoria dos espaços públicos urbanos, como pavimentação das vias de veículos e pedestres, praças, arborização. • Ampliação da rede de abastecimento de água, • Construção de rede e tratamento de esgoto sanitário • Melhoria da limpeza pública • Melhoria da coleta e da disposição final de resíduos sólidos • Áreas de preservação permanente, recuperadas para o uso público • Ampliação e diversificação da rede hoteleira • Implantação de infra-estrutura adequada às atividades turísticas
INSTITUCIONAL	• Instalação e funcionamento do sistema de planejamento e gestão municipal • Instalação de funcionamento do sistema de informações municipais • Administração municipal capacitada para o desempenho de suas funções • Estruturação da base fiscal • Eficiência dos instrumentos de gestão ambiental e urbana • Instalação de consórcios intermunicipais para ações de saúde, educação, gestão urbana e ambiental etc. • Participação ativa da sociedade no processo de planejamento e gestão

Inserir planta

Inserir título na planta:

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Expansão Urbana Figura 11 – Cenário de
Desenvolvimento Sustentável

3.3. O Cenário Futuro Desejado

Dos debates quanto às vantagens e desvantagens, assim como as correspondentes implicações no desenvolvimento municipal, de cada um dos três cenários, chegou-se à conclusão, como resultado das discussões realizadas em Oficina de Planejamento Participativo, que o Cenário de Desenvolvimento Sustentável, tal como apresentado, deveria ser selecionado como o Cenário Futuro Desejado para Pium. Com esta decisão, ele passa a ser referência para a formulação das propostas do Plano Diretor.

O resultado final da seleção está registrado no Quadro 7, a seguir:

QUADRO 7
DIMENSÕES E ATRIBUTOS DO CENÁRIO FUTURO DESEJADO

DIMENSÃO ECONÔMICA		
Nº	ATRIBUTO	RELEVÂNCIA ¹
06	Fortalecimento da agricultura familiar e da pequena propriedade rural	1ª
07	Melhoria da assistência técnica ao pequeno e médio produtor	2ª
08	Facilidade ao crédito para os diferentes setores produtivos	3ª
03	Crescimento de atividades agroindustriais	4ª
02	Desenvolvimento da piscicultura	5ª
05	Diversificação e verticalização da produção agrícola	6ª
04	Ampliação dos eventos e oportunidades de negócios do Parque da Pecuária e criação de um shopping rural no parque	7ª
13	Expansão das oportunidades de capacitação profissional	8ª
14	Geração de emprego e renda	9ª
11	Desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo	10ª
15	Ampliação e qualificação da rede hoteleira	11ª
16	Diversificação e melhoria do setor de Serviços com a implantação de novos estabelecimentos	12ª
12	Proliferação de pequenas e micro empresas	13ª
09	Comércio diversificado e competitivo	14ª
10	Expansão da construção civil	15ª
01	Economia dinâmica com base produtiva diversificada	16ª
DIMENSÃO SOCIAL		
Nº	ATRIBUTO	RELEVÂNCIA ¹
07	Ampliação das ações da política habitacional em substituição às habitações sub-normais	1ª
05	Melhoria da qualidade do ensino nos diversos níveis	2ª
04	Criação de espaços para diferentes modalidades esportivas	3ª
01	Redução dos índices de mortalidade infantil e de doenças de veiculação hídrica	4ª
02	Redução do índice de analfabetismo e instalação de escolas profissionalizantes	5ª
03	Criação de espaços de lazer	6ª
06	Melhoria da infra-estrutura de segurança	7ª

1 – Classificação sequencial segundo o grau de importância.

continua

continuação

DIMENSÃO FÍSICO-AMBIENTAL		
Nº	ATRIBUTO	RELEVÂNCIA ¹
11	Implantação de infra-estrutura adequada às atividades turísticas	1ª
01	Conservação permanente dos recursos naturais e ambientais	2ª
04	Melhoria dos espaços públicos urbanos, como pavimentação das vias de veículos e pedestres, praças, arborização	3ª
06	Construção de rede e tratamento de esgoto sanitário	4ª
09	Áreas de preservação permanente, recuperadas para o uso público	5ª
10	Ampliação e diversificação da rede hoteleira	6ª
05	Ampliação da rede de abastecimento de água	7ª
02	Implementação de política habitacional mais eficiente	8ª
03	Implantação das unidades de conservação existentes	9ª
08	Melhoria da coleta e da disposição final de resíduos sólidos	10ª
07	Melhoria da limpeza pública	11ª
DIMENSÃO INSTITUCIONAL		
Nº	ATRIBUTO	RELEVÂNCIA ¹
01	Instalação e funcionamento do sistema de planejamento e gestão municipal	1ª
07	Participação ativa da sociedade no processo de planejamento e gestão	2ª
02	Instalação de funcionamento do sistema de informações municipais	3ª
03	Administração municipal capacitada para o desempenho de suas funções	4ª
04	Estruturação da base fiscal	5ª
05	Eficiência dos instrumentos de gestão ambiental e urbana	6ª
06	Instalação de consórcios intermunicipais para ações de saúde, educação, gestão urbana e ambiental etc.	7ª
08	Criação de um Conselho de Planejamento e Administração Pública com a participação da sociedade	8ª

1 – Classificação sequencial segundo o grau de importância.

4. O PROJETO DA CIDADE / MUNICÍPIO

4.1. O Plano Diretor como Instrumento Básico da Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana

A Constituição Federal determina que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, cuja primeira finalidade deve ser a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de cada cidade. Está na esfera da competência municipal a promoção dessa política.

O Estatuto da Cidade, ao regulamentar a política para o desenvolvimento e expansão urbana, estabelece diretrizes para assegurar o bem-estar dos moradores das cidades. Dentre elas incluem-se:

- A distribuição dos ônus e benefícios decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana e a recuperação parcial, para a coletividade, da valorização imobiliária resultante da ação do Poder Público;
- A regularização fundiária e a urbanização específica de áreas ocupadas por população de baixa renda;

- A incorporação voluntária da iniciativa privada no financiamento dos custos de urbanização e da ampliação e transformação dos espaços públicos da Cidade;
- A preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana.

A política de desenvolvimento e expansão urbana do município de Pium materializa-se e se implementa como **o projeto da cidade**, cujo Objetivo Central para o Município e Linhas Estratégicas (LE) para seu alcance estão definidos nos termos dos itens que se seguem.

4.2. Objetivo Central

Pium desenvolvida de forma harmônica, com sua base econômica apoiada principalmente na diversificação agropecuária, no turismo rural e no ecoturismo, redução das desigualdades sociais, valorização de sua identidade cultural e respeito ao meio ambiente.

4.3. Linhas Estratégicas

As Linhas Estratégicas representam os rumos a serem seguidos para se chegar ao objetivo central e demandarão, para sua implementação, um conjunto ações a serem detalhadas em programas e projetos setoriais e específicos.

As Linhas Estratégicas definidas para o desenvolvimento sustentável de Pium são dez, a saber:

LE 1 - Modernização, diversificação e verticalização das atividades agrícolas e pecuárias

Definida para aproveitar a vocação agrícola da região, a fertilidade das terras e a estrutura fundiária, ampliar as alternativas da agricultura e da pecuária, com ênfase para as pequenas e médias propriedades rurais, e agregar valor aos produtos, por meio de seu beneficiamento ou transformação;

LE 2 - Desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo

Definida para aproveitar a potencialidade da grande diversidade de recursos naturais e dos fazeres tradicionais da área rural, ainda presentes em Pium, como atrativos turísticos, em perfeito equilíbrio com a proteção ambiental, para impulsionar a economia e garantir a sustentabilidade do desenvolvimento municipal e da região.

LE 3 - Implementação de política habitacional mais efetiva

Definida para garantir a todos os habitantes de Pium condições adequadas de habitabilidade em suas

residências, como cumprimento do preceito constitucional de que todos os cidadãos brasileiros têm direito à moradia digna.

LE 4 - Melhoria da qualidade do ensino

Definida para oferecer à população do Município, principalmente às crianças e jovens, melhores oportunidades de educação e de capacitação profissional para o trabalho sem precisarem sair de Pium.

LE 5 - Melhoria das condições de saúde

Definida para elevar a qualidade da saúde pública, ampliar as ações no campo da prevenção e do combate a endemias e garantir à população qualidade de atendimento médico e odontológico.

LE 6 - Criação de áreas de esporte e lazer

Definida para possibilitar a instalação de equipamentos comunitários de esporte e lazer abertos à população, incluindo a modernização do estádio municipal e do ginásio de esportes, a fim de criar alternativas de entretenimento e estimular a prática esportiva em áreas determinadas da cidade, aproveitando a potencialidade das áreas verdes e dos recursos ambientais da cidade.

LE 7 - Implantação de infra-estrutura para as atividades turísticas

Definida para prover a cidade das condições infra-estruturais adequadas para atrair investidores e turistas, favorecendo a instalação de equipamentos turísticos por parte da iniciativa privada e a divulgação das possibilidades de turismo no Município.

LE 8 - Proteção ambiental

Definida para garantir a qualidade do meio ambiente, a proteção dos ecossistemas existentes e o perfeito equilíbrio entre o uso racional dos recursos naturais e a sua conservação, dentro do princípio da sustentabilidade.

LE 9 - Melhoria do saneamento

Definida para permitir a superação dos *deficits* entre a oferta e a demanda em relação ao saneamento, para garantir melhores condições sanitárias e reduzir o risco de mortalidade e de doenças por veiculação hídrica.

LE 10 - Implantação de sistema de planejamento e gestão

Definida para possibilitar à Administração Municipal a estruturação do conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos para a coordenação do processo de implementação do Plano Diretor e da gestão urbana.

4.4 - Macrozoneamento

O macrozoneamento é a divisão territorial do município em áreas integradas, a fim de permitir o planejamento adequado para a implementação das linhas estratégicas definidas neste Plano.

O macrozoneamento proposto para Pium incorpora diretrizes normativas para o disciplinamento da conservação da biodiversidade, uso e ocupação do solo e utilização de recursos naturais, formuladas no Zoneamento Ambiental da APA Ilha do Bananal/ Cantão.

Este Plano estabelece as seguintes zonas para o Município de Pium:

80

Zona Urbana - compreende os terrenos loteados e os ainda não loteados destinados ao crescimento normal do aglomerado urbano, localizados dentro do perímetro urbano;

Zona de Preservação – com três categorias:

- Zona de Preservação 1 - (ZP-1), localizada quase integralmente no Parque Estadual do Cantão, constituída pelas áreas com características originais dos ecossistemas e as áreas consideradas estratégicas para a garantia de preservação dos recursos e reservas naturais, correspondendo à zona de preservação da APA, com o objetivo de:
 - (i) preservar a biodiversidade local e regional, de modo a garantir a evolução natural dos processos ecológicos;

- (ii) proteger e garantir a existência de populações de fauna e flora viáveis através de trocas gênicas; e
- (iii) proteger os cursos de água da APA e os ecossistemas associados a eles;
- Zona de Preservação 2 – (ZP-2), compreende a parte do território municipal localizada dentro dos limites do Parte Nacional do Araguaia;
- Zona de Preservação 3 – (ZP-3), compreende a parte do território municipal localizada dentro dos limites da Terra Indígena Parque do Araguaia;

Zona Rural – com três categorias;

- Zona Rural 1 (ZR-1), constituída pela Zona de Desenvolvimento Econômico, definida pela APA,;
- Zona Rural 2 (ZR-2), constituída pela Zona de Conservação à margem direita dos rios Pium e Javaés, definida pela APA; e
- Zona Rural 3 (ZR-3), constituída dos terrenos restantes do Município, não destinados a fins urbanos.

**Inserir planta do município com o
macrozoneamento**

Inserir título MACROZONEAMENTO Figura 12 – O
Município e o Macro-Zoneamento

4.5 - Os Aspectos Físico-Urbanísticos da Cidade Desejada

A cidade desejada deve possibilitar o desenvolvimento em harmonia com a proteção ambiental, considerado o do ambiente natural, fundamental para a boa qualidade de vida, e o ambiente construído, espaço onde se dão as práticas sociais do cotidiano.

Dentro desse enfoque, Pium deve tornar-se uma cidade aprazível e solidária, com espaços urbanos bem estruturados e agradáveis, eficiente, competitiva, dinâmica, vocacionada para a modernização e diversificação das atividades agropecuárias e para o desenvolvimento do turismo rural, de natureza e o ecoturismo.

Deve elevar os padrões de excelência em serviços de educação e saúde, cultura, lazer e ampliar as oportunidades de trabalho com maior equidade social.

Do ponto de vista físico-urbanístico, a cidade de Pium deverá estruturar-se a partir de um espaço urbano atrativo, bem organizado:

- Com um sistema viário estruturado e suficientemente hierarquizado para oferecer condições adequadas de circulação;

- Com usos e formas de ocupação que se complementem e enriqueçam mutuamente;
- Com a integração dos espaços públicos, que permitam:
 - A continuidade de tramas e calçadas;
 - Sua qualificação do ponto de vista bioclimático;
 - A proteção do sol e dos ventos;
 - A identificação e orientação por parte da população que os usufrui;
 - O encontro espontâneo das pessoas ou a privacidade das práticas sociais, segundo as circunstâncias.

Pium deverá ter o seu espaço urbano estruturado de acordo com as seguintes diretrizes:

- Indução do crescimento no sentido sul, em continuidade ao crescimento espontâneo observado, devido ao fato de o relevo ser menos acidentado e existir mais disponibilidade de espaços livres, o que facilita a ocupação e a implantação de infraestrutura;
- Consolidação da área central como espaço institucional e mais densamente ocupado por atividades de comércio e serviços, sem excluir usos residenciais, para exercer a função de centralidade do núcleo urbano.

- Revitalização do núcleo original da cidade como espaço histórico-cultural, no qual se estimulem atividades artísticas, manifestações populares e folclóricas, o artesanato e as diferentes manifestações das tradições do lugar;
- Localização de áreas para atividade produtivas, indústrias não poluentes, armazéns, serviços de abastecimento etc. ao longo da Av. Presidente Tancredo Neves, principal acesso à cidade, para facilitar as operações de carga e descarga, retirando o tráfego pesado de dentro da cidade;
- Hierarquização do sistema viário em duas categorias de vias: estruturais, para fazer a ligação entre as diferentes áreas da cidade, e distribuidoras, para o acessos localizados dentro da zona urbana;
- Classificação das áreas residenciais em duas zonas: de consolidação, onde a ocupação já está quase completa, faltando alguma complementação de infraestrutura, equipamentos urbanos e comunitários, e de adensamento, nas áreas que começam a ser ocupadas por habitações, sem infraestrutura e desprovidas dos equipamentos urbanos e comunitários;
- Criação de um parque urbano no entorno da nascente do Fuzil para oferecer à população uma área de entretenimento e lazer e melhorar as condições microclimáticas locais.

Inserir planta da cidade desejada (croquis) Figura

13 – Proposta da Cidade Desejada

Figura 14 – A Zona de Interesse Ambiental

4.6. Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana

Complementarmente ao macrozoneamento descrito no item 4.4, para ordenar o desenvolvimento da cidade de Pium são definidas as seguintes áreas de usos específicos para a zona urbana, a serem formalizadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

- **Área Industrial**

Caracterizada pebs usos de atividades de produção e transformação. Dependendo dos graus de incomodidade das atividades, poderão ser admitidos usos residenciais e atividades de comércio e serviços.

- **Áreas Habitacionais**

Destinadas ao uso residencial, de comércio varejista e serviços.

- **Área de Interesse Paisagístico**

Destinada a um parque urbano no entorno da nascente do Fuzil

- **Núcleo Original da Cidade.**

Destinado à preservação do patrimônio arquitetônico e a atividades culturais.

Inserir planta da Lei de Uso e Ocupação do Solo Figura 15

– Uso e Ocupação do Solo

4.7. - Sistema de Planejamento e Gestão Urbana

Para a implementação do Plano Diretor será necessária a estruturação de um sistema de planejamento e gestão urbana, para o qual se apresentam algumas indicações básicas.

O Sistema de Planejamento e Gestão Urbana é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que objetivam a coordenação das ações dos setores público e privado e da sociedade em geral na integração entre os diversos programas e ações setoriais.

Compete ao Sistema de Planejamento e Gestão Urbana promover a articulação entre as ações para a implementação do Plano Diretor sob a responsabilidade dos órgãos da administração direta e indireta do Município e destas com as da iniciativa privada.

O Sistema será composto pelos diversos órgãos da administração municipal e por um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, constituído por atores públicos, privados e da sociedade organizada.

Desta forma, a Administração Municipal estará apta a atender aos casos omissos nas leis regulamentadoras do desenvolvimento municipal e a coordenar a

implementação do Plano de forma dinâmica, em observância aos interesses superiores da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável, do crescimento urbanístico ordenado, do respeito ao que está na esfera do direito privado, tendo sempre como prioritária a preservação do interesse público.

Para apoiar o Sistema de Planejamento e Gestão Urbana com informações confiáveis e atualizadas, que possam orientar o processo de planejamento municipal em todos os seus níveis, e com indicadores para o monitoramento das ações inerentes à política de desenvolvimento e expansão urbana, deverá ser criado, implantado e permanentemente atualizado o Sistema de Informações do Município de Pium.

As informações e indicadores produzidos pelo Sistema de Informação devem possibilitar a tomada de decisões e as correções de rumo para o alcance dos resultados esperados e a avaliação dos impactos decorrentes da implementação das linhas estratégicas do Plano Diretor.

O Sistema de Planejamento e Gestão exigirá, também, uma estrutura organizativa específica, composta de mecanismos institucionais de coordenação dos projetos e avaliação dos resultados, que devem se articular com a Lei do Orçamento Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA), para formalizar a destinação de recursos econômicos orçamentários para as ações.

5. AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

Cada uma das Linhas Estratégicas definidas para a implementação do Plano Diretor desdobra-se em um conjunto de Ações, correlatas e interdependentes, conforme apresentado no Quadro 8, a seguir.

QUADRO 8
LINHAS ESTRATÉGICAS E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PIUM

N.º	LINHA ESTRATÉGICA	AÇÃO	
01	Modernização, diversificação e verticalização das atividades agrícolas e pecuárias	1.1	Fortalecer a agricultura familiar e a pequena propriedade rural
		1.2	Desenvolver a piscicultura
		1.3	Prestar informações aos agricultores sobre as alternativas viáveis de exploração de suas propriedades
		1.4	Promover formas associativas de produção e comercialização dos produtos
		1.5	Garantir assistência técnica adequada aos pequenos agricultores e pecuaristas
		1.6	Capacitar os pequenos agricultores e p ecuristas
		1.7	Obter facilidades de acesso ao crédito para as atividades dos pequenos produtores
		1.8	Estudar formas efetivas e rentáveis de escoamento da produção
		1.9	Ampliar os eventos e oportunidades de negócios do Parque da Pecuária, com a criação de um shopping rural e a sua ligação pavimentada à cidade
02	Desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo	2.1	Identificar as áreas apropriadas para o turismo rural e para o ecoturismo
		2.2	Convencer os proprietários rurais quanto à viabilidade das atividades do turismo rural e do ecoturismo
		2.3	Capacitar os proprietários das áreas como gestores de empreendimentos turísticos
		2.4	Capacitar profissionais nos diversos níveis para atuar no turismo rural e no ecoturismo
		2.5	Divulgar as possibilidades de turismo rural e de ecoturismo no Município
03	Implementação de política habitacional mais efetiva	3.1	Levantar a demanda habitacional de Pium
		3.2	Identificar áreas adequadas para os assentamentos habitacionais
		3.3	Estruturar programas habitacionais e obter recursos necessários à sua implementação
		3.4	Construir casas adequadas em substituição às habitações subnormais

continua

continuação

N.º	LINHA ESTRATÉGICA	AÇÃO	
04	Melhoria da qualidade do ensino	4.1	Conscientizar os alunos quanto à importância da educação
		4.2	Buscar formas de redução do absenteísmo
		4.3	Capacitar os professores
		4.4	Ampliar e modernizar as escolas
		4.5	Tornar as atividades esportivas obrigatórias nas escolas
		4.6	Ampliar o número das escolas rurais
		4.7	Adequar o currículo escolar à realidade do município e da região
		4.8	Reduzir o índice de analfabetismo
		4.9	Instalar escolas profissionalizantes voltadas para as potencialidades da região
05	Melhoria das condições de saúde	5.1	Garantir recursos financeiros para as ações de saúde
		5.2	Modernizar os equipamentos do hospital
		5.3	Aumentar o número de equipes de saúde
		5.4	Capacitar os profissionais de saúde
		5.5	Implantar o atendimento itinerante na zona rural
		5.6	Criar postos de saúde na zona rural
		5.7	Reduzir a mortalidade infantil e as doenças por veiculação hídrica
06	Criação de áreas de esporte e lazer	6.1	Identificar áreas disponíveis na cidade
		6.2	Garantir recursos humanos, materiais e financeiros para a implantação de áreas de esporte e lazer
		6.3	Modernizar o Estádio Municipal Antônio Gomes Neto
		6.4	Capacitar profissionais para atuar nas áreas de esporte e lazer

continua

continuação

N.º	LINHA ESTRATÉGICA	AÇÃO	
07	Implantação de infra-estrutura para as atividades turísticas	7.1	Implantar a “Estrada do Turismo”
		7.2	Estimular a implantação de equipamentos turísticos no município
		7.3	Ampliar o serviço de energia elétrica e a iluminação pública para toda a cidade
		7.4	Melhorar os espaços públicos urbanos
		7.5	Melhorar o sistema de transportes até Pium
		7.6	Melhorar a infra-estrutura de segurança
08	Proteção ambiental	8.1	Promover a conservação permanente dos recursos naturais e ambientais
		8.2	Melhorar a normatização, disciplinamento e controle do uso dos recursos naturais
		8.3	Desenvolver programas de educação ambiental em diversos níveis
		8.4	Instalar representação dos órgãos ambientais na cidade
		8.5	Implementar as unidades de conservação existentes
		8.6	Recuperar as áreas de preservação permanente para o uso público
		8.7	Recuperar a área do entorno à nascente do Fuzil como espaço de entretenimento e lazer
09	Melhoria do saneamento	9.1	Estender o serviço de abastecimento de água tratada a toda a cidade
		9.2	Estender o serviço de esgotamento sanitário
		9.3	Incentivar a construção de dependências sanitárias em todas as edificações
		9.4	Estender o serviço de coleta de lixo e limpeza pública a toda a cidade
		9.5	Implantar o aterro sanitário
		9.6	Estender o serviço de drenagem de água pluvial a toda a cidade

continua

continuação

10	Implantação de sistema de planejamento e gestão	10.1	Conscientizar os diferentes setores da administração pública quanto à importância do sistema
		10.2	Capacitar as equipes da Administração municipal para o desempenho de suas funções
		10.3	Obter a participação da sociedade
		10.4	Estabelecer parcerias com as outras esferas do setor público e com a iniciativa privada
		10.5	Criar um Conselho de Planejamento com representantes do setor público e da sociedade
		10.6	Instalar o sistema de informações municipais
		10.7	Desenvolver a prática do orçamento participativo
		10.8	Buscar a articulação intermunicipal para ações de saúde, educação, gestão urbana e ambiental etc.
		10.9	Garantir a eficiência dos instrumentos de gestão ambiental e urbana
		10.10	Estruturar a base fiscal

5.1. Conceituação das Linhas Estratégicas e Ações

A seguir são apresentadas a conceituação de cada uma das Linhas Estratégicas e as ações correspondentes necessárias à sua concretização.

LE 1 Modernização, Diversificação e Verticalização das Atividades Agrícolas e Pecuárias

Definida para aproveitar a vocação agrícola da região, a fertilidade das terras e a estrutura fundiária, ampliar as alternativas da agricultura e da pecuária, com ênfase para as pequenas e médias propriedades rurais, e agregar valor aos produtos, por meio de seu beneficiamento ou transformação;

A 1.1 Fortalecer a agricultura familiar e a pequena propriedade rural

Visa estruturar um novo modelo agropecuário no Município, com a valorização das pequenas unidades produtivas e o aproveitamento de seu potencial agrícola ou pecuário, viabilizando e fortalecendo a geração de trabalho e renda.

A 1.2 Desenvolver a piscicultura

Visa aproveitar os recursos hídricos do município para desenvolver a piscicultura, atividade geradora de emprego que pode ser desenvolvida durante todo o ano e ainda favorecer o turismo rural;

A 1.3 Prestar informações aos agricultores sobre as alternativas viáveis de modernização, diversificação e verticalização das suas atividades

Visa esclarecer os pequenos produtores sobre as diversas possibilidades de exploração de suas propriedades, consideradas as peculiaridades de cada uma delas, e de aumentar a rentabilidade de seu negócio mediante a adoção de práticas modernas de trabalho, diversificação da produção e beneficiamento ou transformação do produto primário gerado;

A 1.4 Promover formas associativas de produção e comercialização dos produtos

Visa organizar os pequenos empresários do comércio ou da agropecuária em associações, cooperativas ou outras formas de cooperação mútua, objetivando a obtenção de melhores condições na compra de insumos e na comercialização de seus produtos;

A 1.5 Garantir assistência técnica adequada aos pequenos agricultores e pecuaristas

Visa fazer gestões junto aos organismos de assistência técnica para a obtenção de orientações técnicas adequadas às características da região, com vistas a aumentar a produtividade das pequenas propriedades;

A 1.6 Capacitar os pequenos agricultores e pecuaristas

Visa oferecer conhecimento técnico e gerencial aos pequenos produtores para que possam obter melhores resultados do seu trabalho, aumentar a produtividade e auferir maiores lucros;

A 1.7 Obter facilidades de acesso ao crédito para as atividades dos pequenos produtores

Visa fazer gestão junto aos órgãos financiadores para facilitar o acesso ao crédito para o pequeno e médio produtor, mediante a flexibilização das exigências de garantias e oferecimento de condições mais favoráveis de financiamento como forma de viabilizar sua capacidade de produção;

A 1.8 Estudar formas efetivas e rentáveis de escoamento da produção

Visa buscar alternativas para a melhor comercialização dos produtos, mediante a melhoria das estradas, conquista de mercados interessados e estabelecimento de procedimentos mercadológicos modernos e adequados;

A 1.9 Ampliar os eventos e oportunidades de negócios do Parque da Pecuária, com a criação de um shopping rural e a sua ligação pavimentada à cidade

Visa aumentar as possibilidades de comercialização dos rebanhos e de produtos agrícolas, pela utilização da capacidade instalada no Parque da Pecuária e implantação de um centro de negócios voltado para o setor agropecuário, no qual os produtores possam encontrar orientação técnica e tecnológica, comercializar insumos e produtos, obter informações sobre os diferentes mercados; ter acesso a crédito etc.

LE 2 Desenvolvimento do Turismo Rural e do Ecoturismo

Definida para aproveitar a potencialidade da grande diversidade de recursos naturais e dos “fazeres” tradicionais da área rural, ainda presentes em Pium, como atrativos turísticos, em perfeito equilíbrio com a proteção ambiental, para impulsionar a economia e garantir a sustentabilidade do desenvolvimento municipal e da região;

A 2.1 Identificar as áreas apropriadas para o turismo rural e para o ecoturismo

Visa reconhecer e localizar de forma sistemática as áreas apropriadas para o turismo no Município, a fim de possibilitar a promoção de ações necessárias ao desenvolvimento do turismo, principalmente o rural, de natureza e o ecoturismo;

A 2.2 Convencer os proprietários rurais quanto à viabilidade de desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo

Visa demonstrar aos proprietários rurais que podem ampliar e diversificar as possibilidades de exploração de suas propriedades pelo

desenvolvimento de atividades turísticas, com conseqüente aumento de receita;

A 2.3 Capacitar os proprietários das áreas como gestores de empreendimentos turísticos

Visa preparar os proprietários das áreas com potencial para o desenvolvimento do turismo rural, de natureza e do ecoturismo para que possam estruturar e desenvolver essas atividades em suas propriedades;

A 2.4 Capacitar profissionais nos diversos níveis para atuar no turismo rural e no ecoturismo

Visa estabelecer um programa permanente de qualificação, reciclagem e atualização dos profissionais demandados nos variados níveis e ocupações pelos serviços turísticos, particularmente do turismo rural, de natureza e do ecoturismo;

A 2.5 Divulgar as possibilidades de turismo rural e de ecoturismo no Município

Visa definir mercados a serem conquistados, formas de promoção e veículos de divulgação e *marketing* dos produtos turísticos do Município, de forma a atrair maior número de turistas.

LE 3 Implementação de Política Habitacional mais efetiva

Definida para garantir a todos os habitantes de Pium condições adequadas de habitabilidade em suas residências, como cumprimento do preceito constitucional de que todos os cidadãos brasileiros têm direito à moradia digna;

A 3.1 Levantar a demanda habitacional de Pium

Visa dimensionar e caracterizar as necessidades habitacionais no Município, considerado o *deficit* e as inadequações habitacionais;

A 3.2 Identificar áreas adequadas para os assentamentos habitacionais

Visa fazer o levantamento das áreas disponíveis ou disponibilizáveis e realizar os estudos de viabilidade técnica, ambiental e econômico-financeira para selecionar aquelas nas quais é possível a implantação dos núcleos habitacionais;

A 3.3 Estruturar programas habitacionais e obter recursos necessários à sua implementação

Visa fazer gestões junto aos órgãos financiadores de programas habitacionais e buscar parcerias para viabilizar os recursos financeiros necessários à construção das habitações;

A 3.4 Construir habitações adequadas em substituição às sub-normais

Visa substituir as habitações inadequadas e barracos por moradia permanente, com condições adequadas de habitabilidade.

LE 4 Melhoria da Qualidade do Ensino

Definida para oferecer à população do Município, principalmente às crianças e jovens, melhores oportunidades de educação e de capacitação profissional para o trabalho sem precisarem sair de Pium;

A 4.1 Conscientizar os alunos quanto à importância da educação

Visa despertar nos alunos a consciência do papel da educação na vida de cada um e das oportunidades econômicas, sociais e do exercício da cidadania proporcionadas por ela;

A 4.2 Buscar formas de redução do absenteísmo

Visa desenvolver práticas e atividades criativas que motivem os alunos a não faltarem às aulas e a valorizarem as escolas;

A 4.3 Capacitar os professores

Visa estabelecer um programa permanente de qualificação, reciclagem e atualização dos professores para garantir a qualidade do ensino em todos os níveis;

A 4.4 Ampliar e modernizar as escolas

Visa universalizar o acesso à educação e ampliar a capacidade de oferta no ensino fundamental e médio no Município;

A 4.5 Tornar as atividades esportivas obrigatórias nas escolas

Visa propiciar a todos os alunos da rede escolar, mas particularmente aos jovens, a possibilidade de se desenvolver física e culturalmente e de revelarem seus talentos para a prática do esporte;

A 4.6 Ampliar o número das escolas rurais

Visa aumentar a capacidade de oferta no ensino na zona rural e implantar o sistema de transporte escolar no campo para garantir a permanência da criança e do adolescente no ensino fundamental;

A 4.7 Adequar o currículo escolar à realidade do município e da região

Visa propiciar às crianças, jovens e adultos da rede escolar um ensino mais ajustado ao contexto regional, para preservar a identidade cultural e melhor prepará-los para participar do processo de solução dos problemas locais;

A 4.8 Reduzir o índice de analfabetismo

Visa ampliar as oportunidades de acesso à educação para as crianças, jovens e adultos, mediante programas municipais ou em parceria com instituições de ensino e mobilização de voluntários;

A 4.9 Instalar escolas profissionalizantes voltadas para as potencialidades da região

Visa criar condições para que a capacitação para o trabalho nas diferentes ocupações demandadas pelas atividades econômicas desenvolvidas em conformidade com as potencialidades locais e regionais.

LE 5 Melhoria das Condições de Saúde

Definida para elevar a qualidade da saúde pública, ampliar as ações no campo da prevenção e do combate a endemias e garantir à população qualidade de atendimento médico e odontológico;

A 5.1 Garantir recursos financeiros para as ações de saúde

Visa fazer gestões junto aos órgãos competentes bem como buscar parcerias para a implementação das ações no campo da saúde pública, particularmente nos seus aspectos preventivos;

A 5.2 Modernizar os equipamentos do hospital

Visa prover o hospital local de equipamentos mais modernos para ampliar a capacidade de atendimento médico de qualidade nas diferentes especializações oferecidas à população;

A 5.3 Aumentar o número de equipes de saúde

Visa ampliar o quadro de profissionais envolvidos com os programas de saúde do município para estender o atendimento a toda a população com padrões de qualidade satisfatórios;

A 5.4 Capacitar os profissionais de saúde

Visa estabelecer um programa permanente de qualificação, reciclagem e atualização dos professores para garantir a qualidade dos serviços de saúde;

A 5.5 Implantar o atendimento itinerante na zona rural

Visa levar às áreas rurais, nas quais a demanda não justifica a instalação de postos de saúde fixos, o atendimento médico-odontológico e os programas de saúde implantados no município;

A 5.6 Criar postos de saúde na zona rural

Visa implantar em pontos estratégicos da área rural unidades de saúde que ampliem a capacidade de atendimento dos serviços de saúde e reduzam a incidência de doenças ou endemias;

A 5.7 Reduzir a mortalidade infantil e as doenças por veiculação hídrica

Visa reduzir os óbitos nos primeiros anos de vida e melhorar as condições de saúde da população, principalmente com a oferta de melhores condições de saneamento básico.

LE 6 Criação de Áreas de Esporte e Lazer

Definida para possibilitar a instalação de equipamentos comunitários de esporte e lazer abertos à população, incluindo a modernização do estádio municipal e do ginásio de esportes, a fim de criar alternativas de entretenimento e estimular a prática esportiva em áreas determinadas da cidade, aproveitando a potencialidade das áreas verdes e dos recursos ambientais da cidade;

A 6.1 Identificar áreas disponíveis na cidade

Visa fazer o levantamento das áreas disponíveis ou disponibilizáveis e realizar os estudos de viabilidade técnica, ambiental e econômico-financeira para selecionar aquelas a serem convertidas em áreas de esporte e lazer;

A 6.2 Garantir recursos humanos, materiais e financeiros para a implantação de áreas de esporte e lazer

Visa fazer gestões junto aos órgãos governamentais e não governamentais para obtenção de recursos financeiros e parcerias para viabilizar a construção das áreas de esporte e lazer;

A 6.3 Modernizar o Estádio Municipal Antônio Gomes Neto

Visa ampliar as possibilidades de utilização desse equipamento esportivo, por meio da recuperação ou construção de instalações que possibilitem a prática de diferentes modalidades esportivas;

A 6.4 Capacitar profissionais para atuar nas áreas de esporte e lazer

Visa estabelecer um programa permanente de qualificação, reciclagem e atualização dos profissionais para atuarem como orientadores e estimuladores das práticas esportivas e na descoberta de novos talentos para o esporte.

LE 7 Implantação de Infra-estrutura para as Atividades Turísticas

Definida para prover a cidade das condições infra-estruturais adequadas para atrair investidores e turistas, favorecendo a instalação de equipamentos turísticos por parte da iniciativa privada e a divulgação das possibilidades de turismo no Município;

A 7.1 Implantar a “Estrada do Turismo”

Visa fazer gestões junto aos órgãos governamentais competentes, no sentido de viabilizar a “Estrada do Turismo”, via de acesso fundamental a viabilizar o turismo municipal, aproveitando as potencialidades do Parque Estadual do Cantão e praias do Rio Javaés;

A 7.2 Estimular a implantação de equipamentos turísticos no município

Visa promover ações de forma a estimular a implantação de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento de atividades turísticas, tais como de hospedagem, alimentação, entretenimento, agenciamento, informações etc.;

A 7.3 Ampliar o serviço de energia elétrica e a iluminação pública para toda a cidade

Visa estender a iluminação pública para áreas da cidade atualmente ainda não atendidas;

A 7.4 Melhorar os espaços públicos urbanos

Visa melhorar os aspectos ambientais e paisagísticos da zona urbana, por meio da pavimentação e arborização das vias urbanas para melhorar as condições de conforto ambiental, ampliação do número de praças como pontos de referência e encontro da população e implantação de mobiliário urbano;

A 7.5 Melhorar o sistema de transportes até Pium

Visa elevar o padrão dos serviços de transporte de Palmas e dos municípios vizinhos até Pium, com a definição de horários mais diversificados e adequados, melhores equipamentos, profissionais qualificados e tarifas justas;

A 7.6 Melhorar a infra-estrutura de segurança

Visa garantir a infra-estrutura necessária à manutenção da segurança pública da população local e dos visitantes, com a construção de equipamentos de segurança, contratação e capacitação dos profissionais da área.

LE 8 Proteção Ambiental

Definida para garantir a qualidade do meio ambiente, a proteção dos ecossistemas existentes e o perfeito equilíbrio entre o uso racional dos recursos naturais e a sua conservação, dentro do princípio da sustentabilidade;

A 8.1 Promover a conservação permanente dos recursos naturais e ambientais

Visa proteger o meio ambiente por meio do comprometimento e da participação dos segmentos representativos da sociedade organizada e da atuação orientadora e controladora por parte dos organismos responsáveis;

A 8.2 Melhorar a normatização, disciplinamento e controle do uso dos recursos naturais

Visa dotar a gestão municipal e os organismos dedicados à proteção do meio ambiente de recursos humanos e instrumentos eficazes de orientação e fiscalização do uso adequado dos recursos naturais do Município;

A 8.3 Desenvolver programas de educação ambiental em diversos níveis

Visa institucionalizar no município a prática de atividades diversificadas de educação ambiental, a serem desenvolvidas nas escolas, sindicatos, associações de classe etc., de forma continuada e permanente;

A 8.4 Instalar representação dos órgãos ambientais na cidade

Visa dar ênfase às ações voltadas para os aspectos de sustentabilidade, necessárias à gestão municipal, e à articulação entre as atividades das diferentes instituições voltadas para a proteção ambiental;

A 8.5 Implementar as unidades de conservação existentes

Visa promover gestões junto aos organismos responsáveis pelas unidades de conservação do Município para que elaborem e/ ou implementem o plano de manejo e de uso público das mesmas;

A 8.6 Recuperar as áreas de preservação permanente para o uso público

Visa corrigir distorções e irregularidades na ocupação desses espaços, mediante a recomposição da fisionomia original com a recuperação da vegetação e tratamento paisagístico,

podendo algumas áreas ser utilizadas como espaço de entretenimento e lazer para a população e visitantes;

A 8.7 Recuperar a área do entorno à nascente do Fuzil como espaço de entretenimento e lazer

Visa promover parcerias para elaborar projeto urbanístico e paisagístico, de forma a recuperar os espaços naturais lindeiros à nascente do Fuzil, como área de entretenimento e lazer para os habitantes de Pium e seus visitantes.

LE 9 Melhoria do Saneamento

Definida para permitir a superação dos *deficits* entre a oferta e a demanda em relação ao saneamento, para garantir melhores condições sanitárias e reduzir o risco de mortalidade e de doenças por veiculação hídrica;

A 9.1 Estender o serviço de abastecimento de água tratada a toda a cidade

Visa oferecer água tratada a toda população urbana;

A 9.2 Estender o serviço de esgotamento sanitário

Visa fazer gestões junto à concessionária estadual de saneamento para a implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário de forma a melhorar as condições sanitárias de Pium;

A 9.3 Incentivar a construção de dependências sanitárias em todas as edificações

Visa implantar programa específico para a construção de instalações sanitárias em todas as edificações do município, independentemente do seu uso;

A 9.4 Estender o serviço de coleta de lixo e limpeza pública a toda a cidade

Visa ampliar a área de varrição, estender e aperfeiçoar o sistema de coleta de lixo às áreas ainda não cobertas por esse serviço, normatizar e fiscalizar a limpeza dos lotes vagos;

A 9.5 Implantar o aterro sanitário

Visa possibilitar o tratamento do lixo coletado, pela construção do aterro sanitário para sua disposição final de forma a eliminar a produção de vetores;

A 9.6 Estender o serviço de drenagem de água pluvial a toda a cidade

Visa implantar rede para o escoamento da água pluvial em toda a cidade.

LE 10 | Implantação do Sistema de Planejamento e Gestão

Definida para possibilitar à Administração Municipal a estruturação do conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos para a coordenação do processo de implementação do Plano Diretor e da gestão urbana;

A 10.1 Conscientizar os diferentes setores da administração pública quanto à importância do Sistema de Planejamento e Gestão

Visa instrumentar a Administração Pública Municipal para o planejamento e gestão de suas atividades, de forma a integrar todos os seus setores;

A 10.2 Capacitar as equipes da Administração Municipal para o desempenho de suas funções

Visa preparar as equipes das diversas áreas da Administração Municipal para o exercício de uma nova prática de gestão, na qual o planejamento, a interação e a participação são fundamentais e o monitoramento e avaliação dos resultados sejam atividades permanentes;

A 10.3 Obter a participação da sociedade

Visa estimular o efetivo exercício de cidadania e facilitar a comunicação da sociedade com o poder público, por meio da criação de centros de fornecimento de informações como canais de comunicação abertos pelo poder público para prestação de serviços e recepção de sugestões ao processo de planejamento e gestão urbana;

A 10.4 Estabelecer parcerias com as outras esferas do setor público e com a iniciativa privada

Visa desenvolver ações conjuntas entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor, de forma a estabelecer o processo participativo na construção do município / cidade desejada;

A 10.5 Criar um Conselho de Planejamento com Representantes do Setor Público e da Sociedade

Visa estruturar o processo participativo por meio da criação de um fórum qualificado para apoiar a implementação e monitoramento do Plano Diretor e do processo de planejamento e gestão municipal;

A 10.6 Instalar o sistema de informações municipais

Visa dotar o sistema de planejamento e gestão das informações físico-ambientais, socioeconômicas, culturais e cartográficas necessárias para a tomada de decisões em todos

os seus níveis, para o acompanhamento e monitoramento das ações inerentes à implementação da política de desenvolvimento e expansão urbana;

A 10.7 Buscar a articulação intermunicipal para ações de saúde, educação, gestão urbana e ambiental etc.

Visa o fortalecimento da gestão municipal por meio da interação com os municípios vizinhos para ampliar a capacidade de implementação de ações mais complexas e onerosas que isoladamente cada município teria dificuldades de desenvolver;

A 10.8 Desenvolver a prática do orçamento participativo

Visa ampliar e aprimorar a prática do orçamento participativo, como um dos instrumentos da política de desenvolvimento, estabelecido no Estatuto da Cidade, para que evolua para o planejamento participativo;

A 10.9 Garantir a eficiência dos instrumentos de gestão ambiental e urbana

Visa a adoção de procedimentos adequados para a aplicação dos instrumentos de gestão com vistas à obtenção de resultados mais efetivos;

A 10.10 Estruturar a base fiscal

Visa dotar a Administração Municipal de uma base cartográfica que possibilite a geração de informações confiáveis para a melhoria da arrecadação e forneça uma base para o planejamento físico-territorial, principalmente para os projetos e obras dos equipamentos urbanos.

5.2. Inter-relacionamento Seqüencial das Ações

As ações a serem implementadas guardam entre si inter-relações e sequenciamento lógico, ou por serem umas dependentes de outras que lhes devem preceder, ou pelo grau diferenciado de complexidade que acaba condicionando sua execução mais ou menos rapidamente. Os diagramas apresentados a seguir ilustram o inter-relacionamento e ordenação seqüencial das ações correspondentes a cada uma das linhas estratégicas propostas neste Plano.

LE 1 - Modernização, diversificação e verticalização das atividades agrícolas e pecuárias

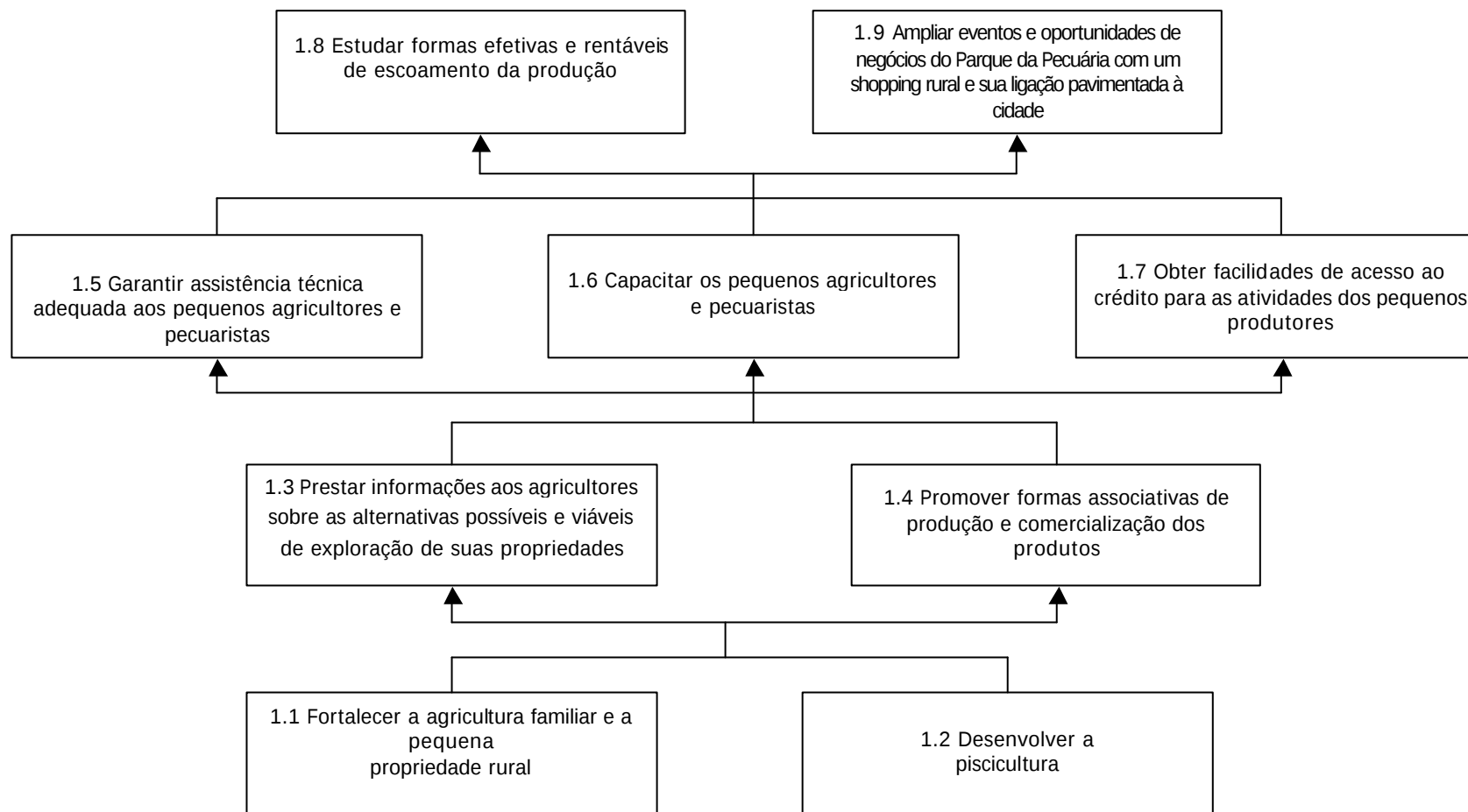


Figura 16 – Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 1

LE 2 - Desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo

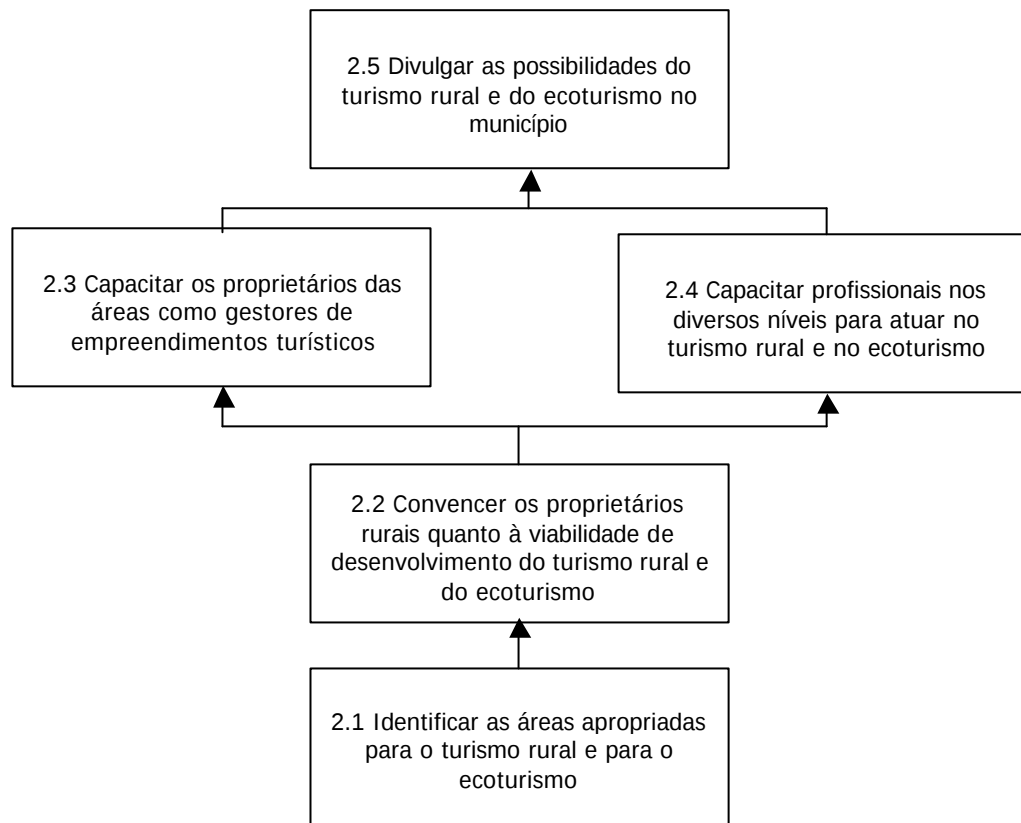


Figura 17 -- Diagrama de Inter-relacionamento Sequencial das Ações da Linha Estratégica 2

LE 3 - Implementação de política habitacional mais efetiva

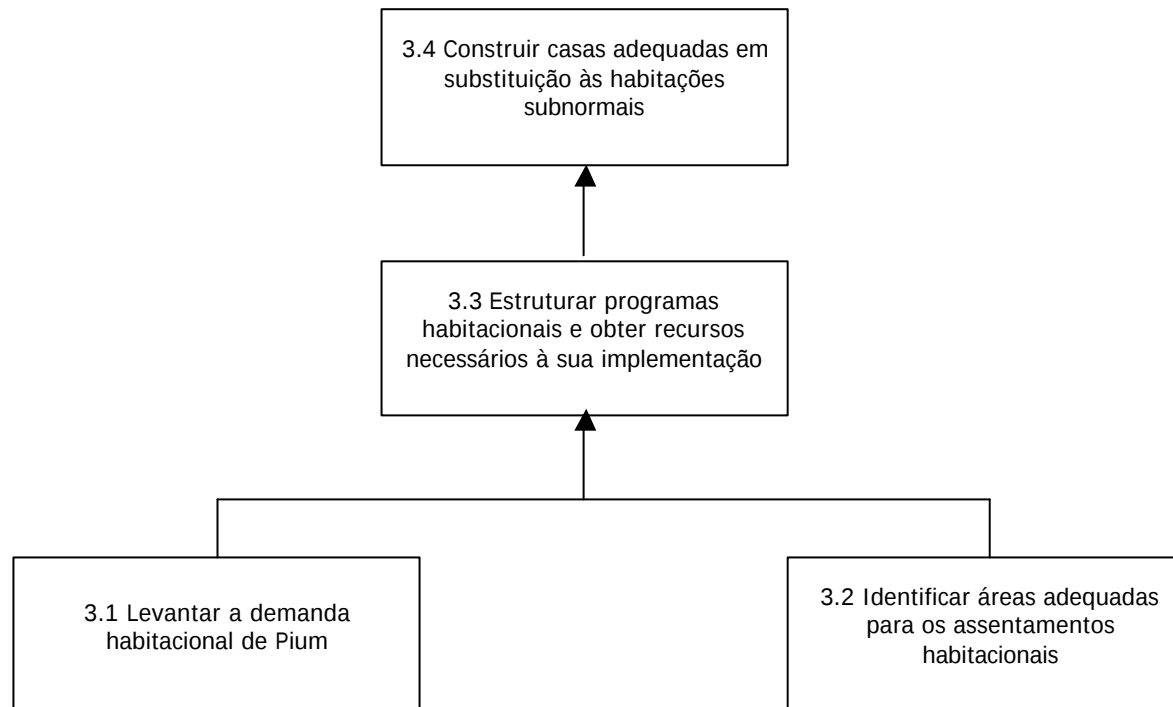


Figura 18 -- Diagrama de Inter-relacionamento Sequencial das Ações da Linha Estratégica 3

LE 4 - Melhoria da qualidade do ensino

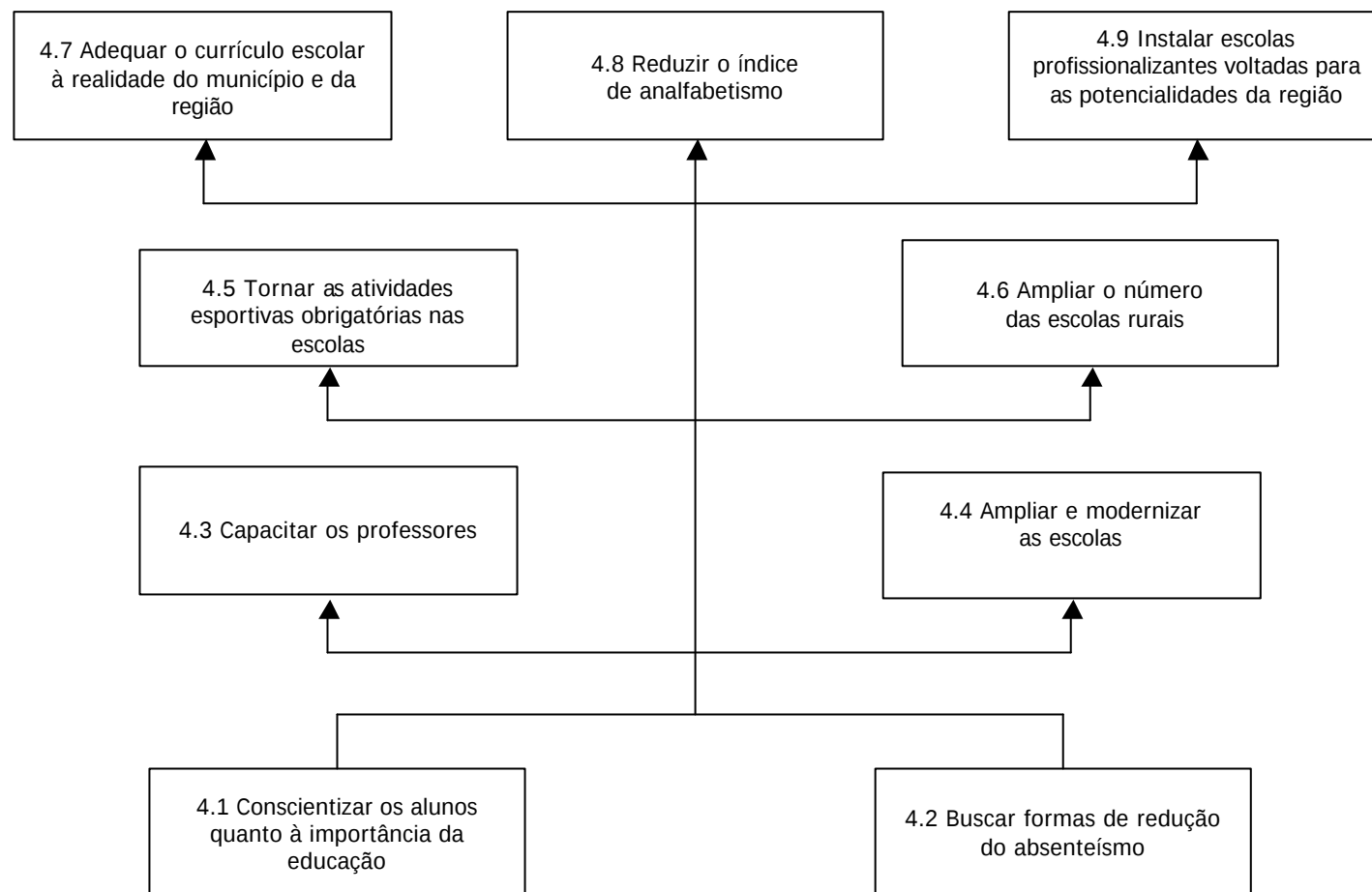


Figura 19 -- Diagrama de Inter-relacionamento Sequencial das Ações da Linha Estratégica 4

LE 5 - Melhoria das condições de saúde

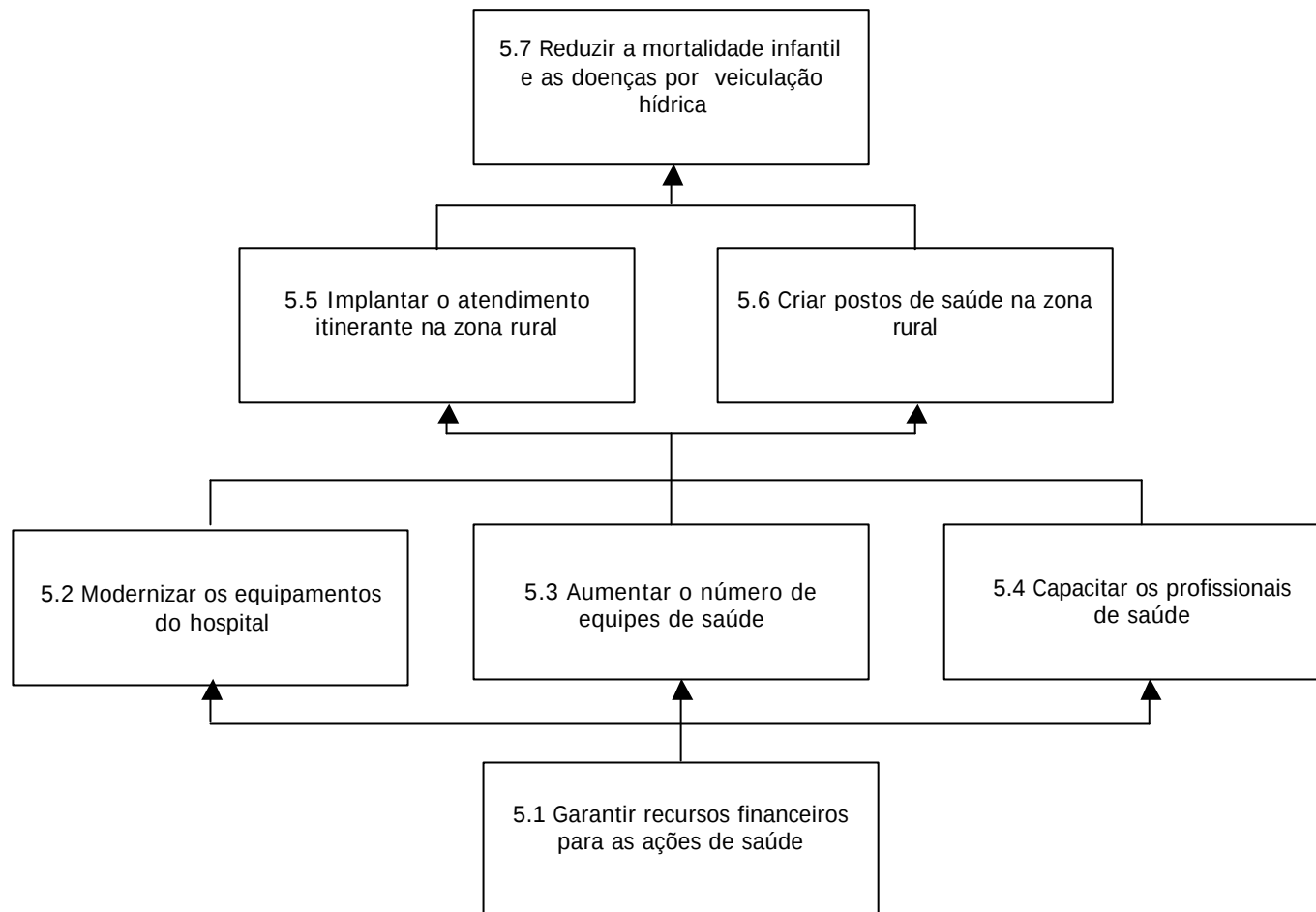


Figura 20 -- Diagrama de Inter-relacionamento Sequencial das Ações da Linha Estratégica 5

LE 6 - Criação de áreas de esporte e lazer

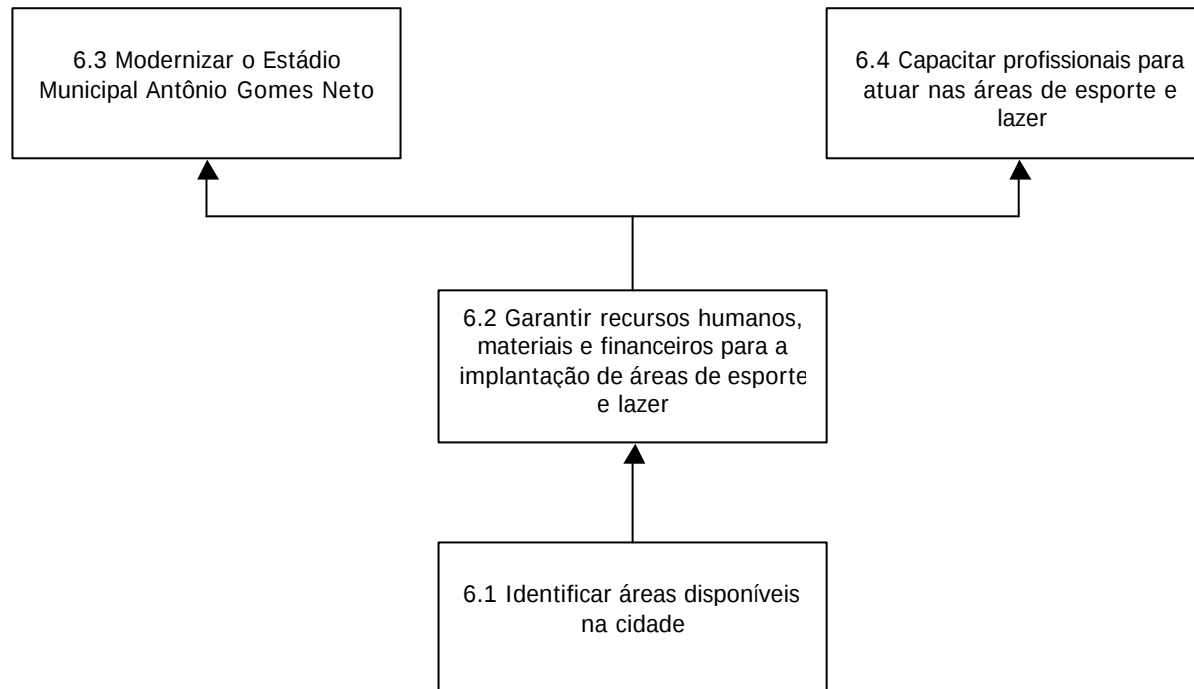


Figura 21 -- Diagrama de Inter-relacionamento Sequencial das Ações da Linha Estratégica 6

LE 7 - Implantação de infra-estrutura para as atividades turísticas

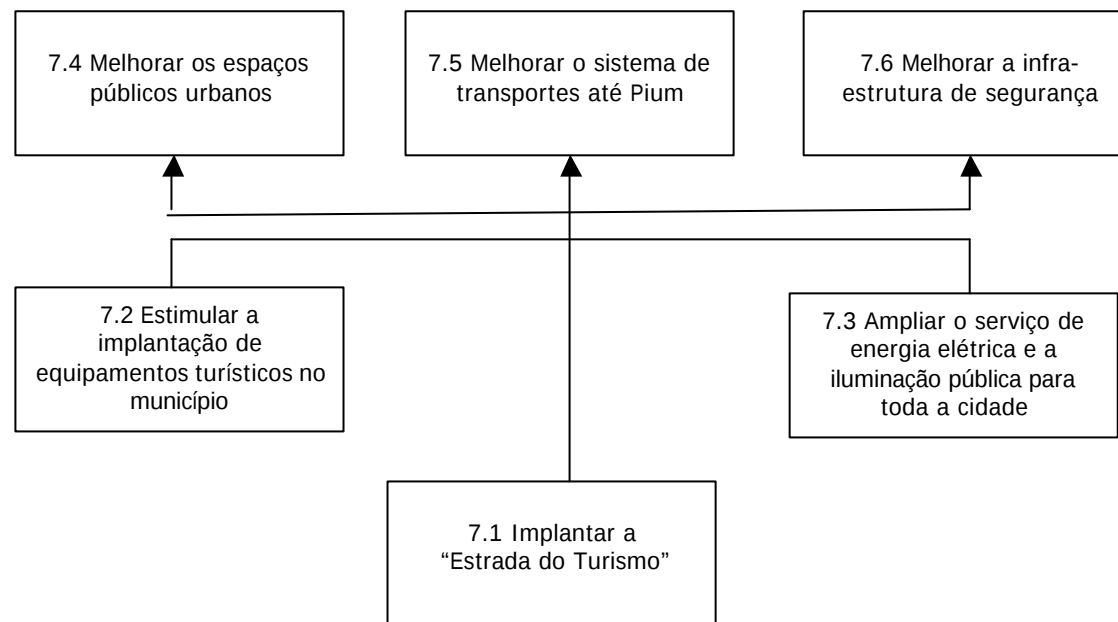


Figura 22 -- Diagrama de Inter-relacionamento Sequencial das Ações da Linha Estratégica 7

LE 8 - Proteção ambiental

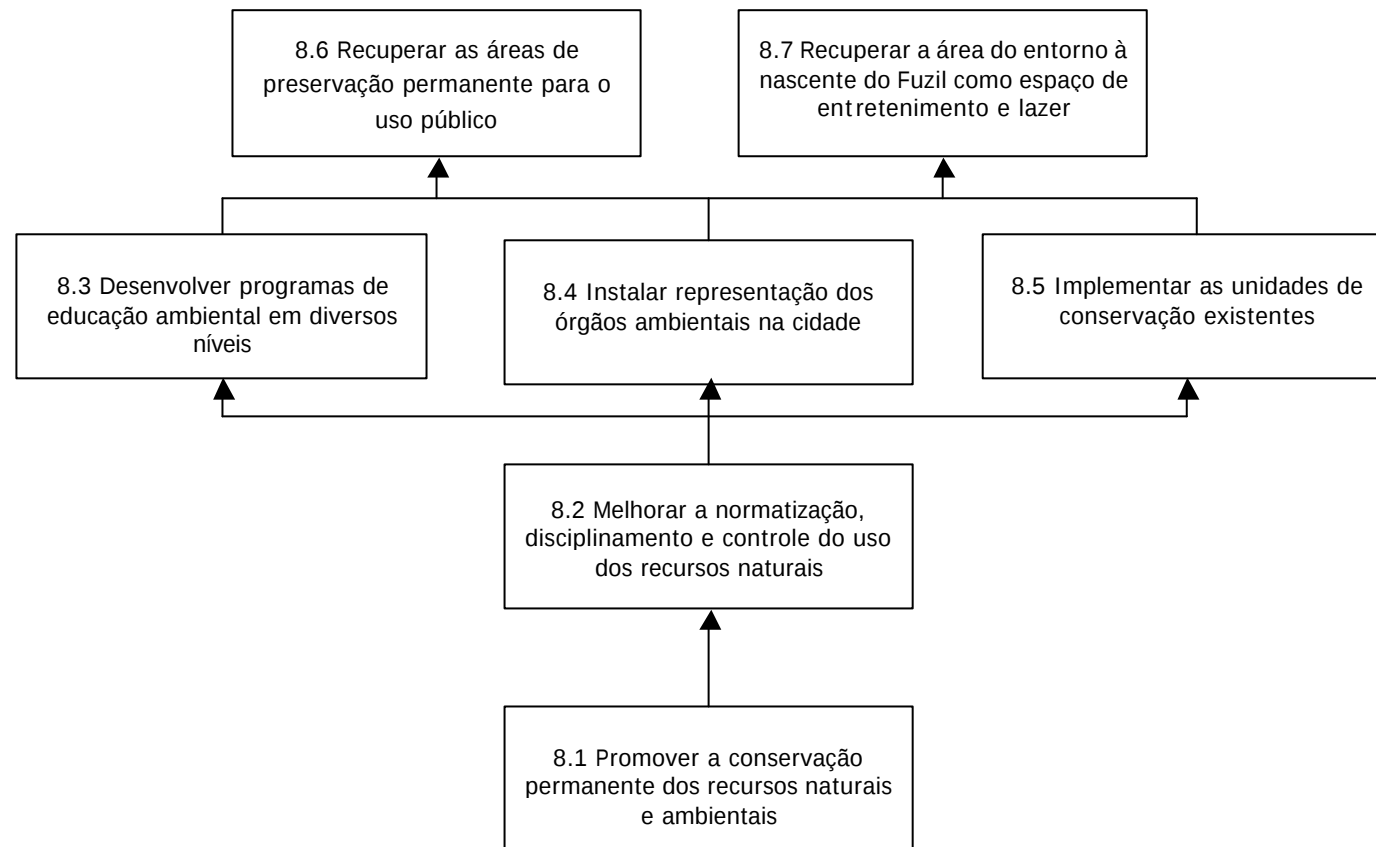


Figura 23 -- Diagrama de Inter-relacionamento Sequencial das Ações da Linha Estratégica 8

LE 9 - Melhoria do saneamento

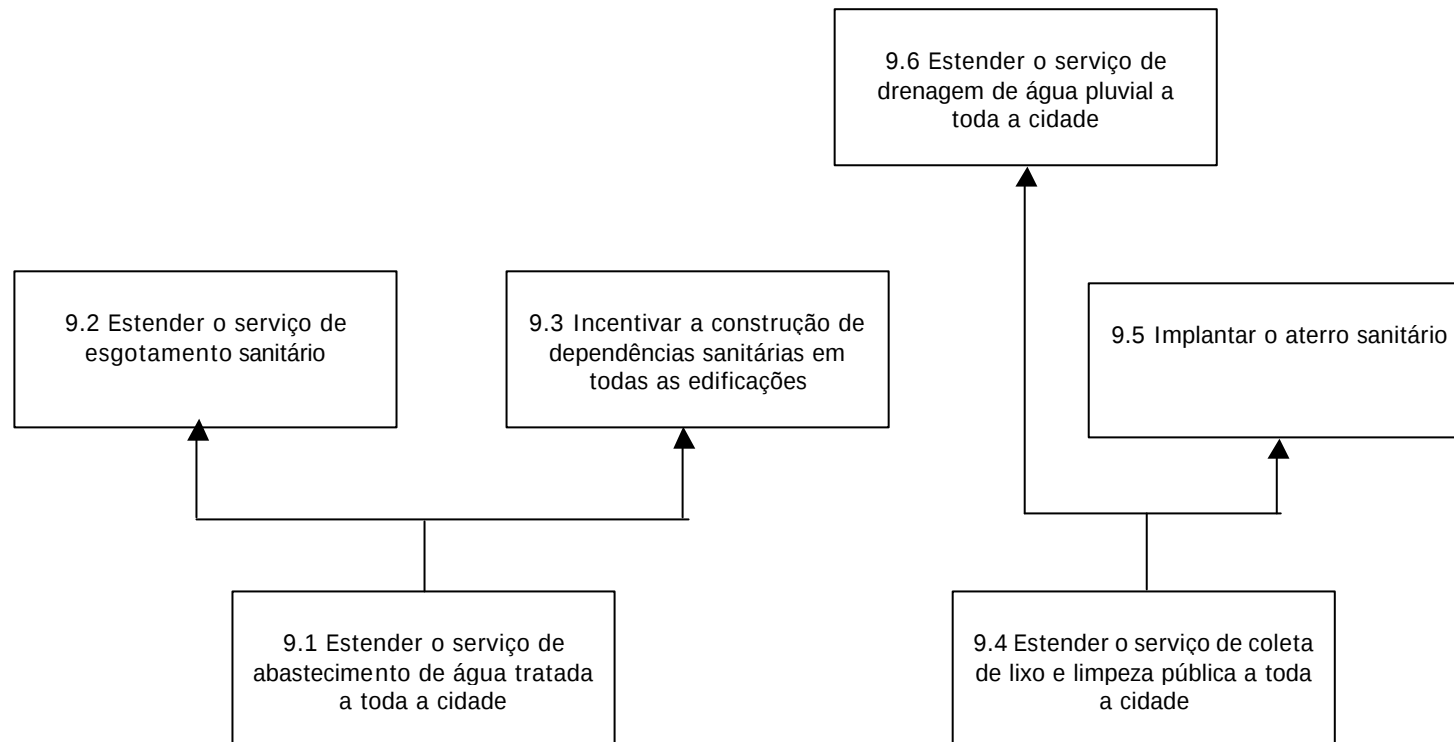


Figura 24 -- Diagrama de Inter-relacionamento Seqüencial das Ações da Linha Estratégica 9

LE 10 - Implantação de sistema de planejamento e gestão

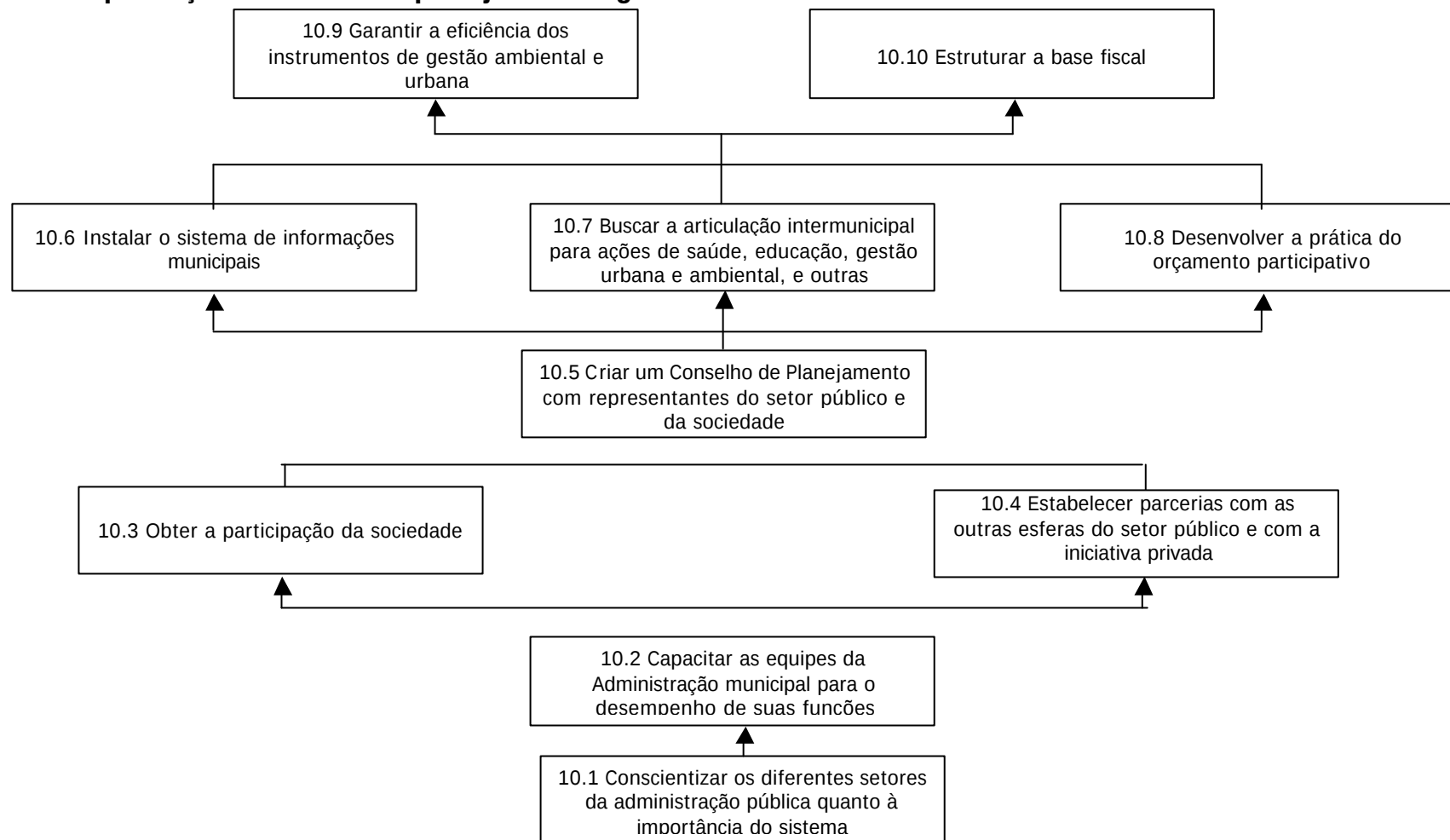


Figura 25 -- Diagrama de Inter-relacionamento Sequencial das Ações da Linha Estratégica 10

BIBLIOGRAFIA

ESTADO DO TOCANTINS – **Lei Orgânica Municipal do Município de Pium.** Pium – TO, 1990.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIUM – **Emenda à Lei Orgânica nº 001**, de 05 de dezembro de 2001. Pium, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS – **Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília, 2001.

COURSON, Jacques de – **La prospective des territoires. Concepts, méthodes, résultats.** Paris: Ministère de l'Équipement des Transports et du Logement, 1999.

MUKAI, Toshio – **O estatuto da cidade. Anotações à lei n. 10257, de 10-7-2001.** São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM – **Plano plurianual 2002 – 2005.** Pium – TO, 2001.

Código de obras e edificações. Pium - TO, 2001.

Código de posturas. Pium - TO, 1993.

Lei nº 24, de 15 de dezembro de 1978. Dispõe sobre a valorização das terras do patrimônio do Município de Pium. Pium – TO, 1978.

SEDU – **Seminário nacional sobre a lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 – parcelamento do solo urbano.** Brasília: Presidência da República – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, 1999.

SEPLAN-TO – **Atlas do Tocantins.** Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico, 1999.

Estudo da demanda de mercado para o ecoturismo no Tocantins. Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, 2001.

Estudo de viabilidade de empreendimentos ecoturísticos no pólo do Cantão. Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, sd.

Inventário da oferta turística do Estado do Tocantins. Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente –1998.

Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão. Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, 2001.

Anuário estatístico do Estado do Tocantins. Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – 1998.

Tocantins em dados. Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente –1998.

SETUR-TO – **Tocantins – portal ecológico e da biodiversidade.** Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria Turismo –1999.

Tocantins – Brasil – o coração da natureza. Palmas: Governo do Estado do Tocantins – Secretaria Turismo –2001.

Não deletar esta página!!!! Muda
toda a formatação